

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A DEPRECIÇÃO DOS BENS DO ATIVO
IMOBILIZADO: UMA ABORDAGEM DA ADOÇÃO
DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE**

MONOGRAFIA

LILIAN ANA MARTINS DOS SANTOS

**Santa Maria, RS, Brasil.
2012**

**A DEPRECIÇÃO DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO:
UMA ABORDAGEM DA ADOÇÃO DAS NORMAS
INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

por

Lilian Ana Martins dos Santos

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof^a. Ms. Otília Denise Jesus Ribeiro

Santa Maria, RS, Brasil
2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento do Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada aprova a monografia

**A DEPRECIÇÃO DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO: UMA
ABORDAGEM DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE**

elaborada por
Lilian Ana Martins dos Santos

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Comissão Examinadora:

Ms. Otília Denise Jesus Ribeiro (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Ms. Sélia Gräbner (UFSM)

Dr. Fernando do Nascimento Lock (UFSM)

Santa Maria, 03 de julho de 2012.

Aos meus pais, com imensa gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por estar presente em minha vida e pelas oportunidades proporcionadas.

Agradeço à minha família, pelo incentivo, pelo exemplo de vida e pelo apoio incondicional.

Agradeço à professora Ms. Otília Denise Jesus Ribeiro, pela orientação e pela dedicação com que compartilha seu conhecimento, assim como aos demais professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria, pelo aprendizado que vivenciei durante o curso.

Agradeço, também, aos meus amigos e colegas, que me mostraram que o aprendizado vai muito além da vida acadêmica, pelo carinho e pelo apoio.

“Accounting is an artifact,
a product of human intervention
designed by humans for human purposes.”¹
(PARKER et al, 1989, p. 1 apud WEFFORT, 2005, p. 17)

¹ Em tradução livre: “A contabilidade é um artefato, um produto da intervenção humana projetado por humanos para propósitos humanos”.

RESUMO

Monografia

Curso de Ciências Contábeis

Universidade Federal de Santa Maria

A DEPRECIÇÃO DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO: UMA ABORDAGEM DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

AUTORA: LILIAN ANA MARTINS DOS SANTOS

ORIENTADOR: OTÍLIA DENISE JESUS RIBEIRO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de julho de 2012.

Este trabalho examina as regras relacionadas à depreciação do ativo imobilizado vigentes no Brasil a partir da adoção das normas internacionais de contabilidade. A Lei nº 11.638/2007 introduziu no ordenamento jurídico pátrio a harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, com o objetivo de regulamentar a elaboração de demonstrações contábeis a partir de princípios aceitos pela comunidade internacional. A finalidade dessas normas é que os demonstrativos contábeis evidenciem a essência econômica das transações, possibilitando a sua interpretação e comparação em nível mundial. No entanto, há desafios que podem representar barreiras ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, como a tradicional influência da tributação sobre as práticas contábeis. Esse foi o ponto de partida da pesquisa, com a proposta de se observar como está a adaptação da prática contábil às novas normas de depreciação dos bens do ativo imobilizado, propostas pelo CPC 27, a partir da análise dos relatórios das empresas com ações de maior liquidez na BM&FBovespa S.A.. Observou-se que, apesar de algumas deficiências constatadas, as empresas estão se conduzindo para o atendimento às normas atuais da contabilidade societária. Com efeito, a partir da análise dos relatórios financeiros das dez empresas com ações de maior liquidez na BM&FBovespa S.A., percebe-se que, de maneira geral, as demonstrações atendem satisfatoriamente os critérios apontados como relevantes para a evidenciação contábil, ainda que não de forma integral. Observa-se que as empresas ainda estão adaptando-se à nova legislação contábil, o que é um processo gradual.

Palavras-chave: normas internacionais de contabilidade; ativo imobilizado; depreciação.

ABSTRACT
Monograph
Accountancy School
Federal University of Santa Maria

**THE DEPRECIATION OF PROPERTY, PLANT AND EQUIPAMENT: AN
APPROACH TO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS**

AUTHOR: LILIAN ANA MARTINS DOS SANTOS

ADVISOR: OTÍLIA DENISE JESUS RIBEIRO

Date and Place of Defense: Santa Maria, July, 3rd, 2012.

This paper analyzes the actual rules related to depreciation of property, plant and equipment in Brazil, considering the adoption to international accounting standards. The Law n°. 11.638/2007 introduced the national laws to harmonize Brazilian accounting standards with international standards, in order to regulate the preparation of financial reports based on principles accepted by the international community. The purpose of these rules is that the financial reports show the economic substance of transactions, enabling the interpretation and comparison worldwide. However, there are challenges that may pose barriers to the convergence to international accounting standards, such as the traditional influence of taxation on accounting practices. This was the starting point of research, with the purpose to check how the practice is adapting to the new accounting standards for depreciation of property, plant and equipment, proposed by CPC 27, from the analysis of the reports of the companies whose stocks are higher liquidity in the BM&FBovespa SA. It was observed that, despite some deficiencies found, leading companies are to meet the current standards of corporate accounting. In fact, from the analysis of the financial reports of the ten companies with the most liquid stocks on the BM&FBovespa SA, one realizes that, in general, the statements meet satisfactorily the criteria identified as relevant to the accounting disclosure, though not in full. It is observed that companies are still adapting to the new accounting law, which is a gradual process.

Key Words: international accounting standards; property, plant and equipment; depreciation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vida útil média de ativos imobilizados da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	54
Tabela 2 - Mudança das estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	54
Tabela 3 - Vida útil estimada de ativos imobilizados da Vale S.A.	56
Tabela 4 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da OGX Petróleo e Gás Participações S/A.....	57
Tabela 5 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Itaú Unibanco Holding S.A. 2010	58
Tabela 6 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Itaú Unibanco Holding S.A. 2011	58
Tabela 7 - Mudança das taxas de depreciação anuais dos ativos imobilizados da BM&Bovespa S.A.	60
Tabela 8 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados do Banco Bradesco S.A.....	61
Tabela 9 - Estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados do Banco do Brasil S.A.	62
Tabela 10 - Estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados da Gerdau S.A.....	63
Tabela 11 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da PDG Realty SA Empreendimentos e Parts	65
Tabela 12 - Estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados da Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.....	66
Tabela 13 – Taxas médias ponderadas de depreciação dos ativos imobilizados da Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Empresas listadas no IBOVESPA do último quadrimestre de 2011.....	43
Quadro 2 - Empresas selecionadas	44
Quadro 3 – Critérios relacionados à depreciação dos bens do ativo imobilizado observados nas demonstrações contábeis analisadas.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BM&FBovespa S.A.	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BR GAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IASB	<i>Internacional Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>Internacional Accounting Standards Committee</i>
IBOVESPA	Índice Bovespa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standard</i>
IOSCO	<i>International Organization of Securities Commissions</i>
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
SIC	<i>Standing Interpretations Committee</i>
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
US GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1 Contabilidade internacional	16
2.1.1 Órgãos e normas internacionais de contabilidade	18
2.1.2 O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil	20
2.1.2.1 Comitê de Pronunciamentos Contábeis	24
2.2 Ativo imobilizado	25
2.3 Depreciação	29
3 METODOLOGIA	37
3.1 Métodos e técnicas da pesquisa	37
3.2 Seleção das empresas analisadas	40
3.3 Critérios objeto de análise nas demonstrações contábeis	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
4.1 Aspectos gerais das empresas selecionadas	46
4.1.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	46
4.1.2 Vale S.A.	47
4.1.3 OGX Petróleo e Gás Participações S/A	48
4.1.4 Itaú Unibanco Holding S.A.	48
4.1.5 BM&FBovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	49
4.1.6 Banco Bradesco S.A.	50
4.1.7 Banco do Brasil S.A.	50
4.1.8 Gerdau S.A.	51
4.1.9 PDG Realty SA Empreendimentos e Parts	52
4.1.10 Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	52
4.2 Aspectos relacionados à depreciação do ativo imobilizado	53
4.2.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	53
4.2.2 Vale S.A.	55
4.2.3 OGX Petróleo e Gás Participações S/A	56
4.2.4 Itaú Unibanco Holding S.A.	57
4.2.5 BM&FBovespa S.A. - Bolsa De Valores, Mercadorias e Futuros	59
4.2.6 Banco Bradesco S.A.	60
4.2.7 Banco do Brasil S.A.	61
4.2.8 Gerdau S.A.	63
4.2.9 PDG Realty SA Empreendimentos e Parts	64
4.2.10 Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	65
4.3 Análise da aplicação dos critérios relacionados à depreciação dos bens do ativo imobilizado pelas dez empresas com maior liquidez na BM&FBovespa S.A.	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é a ciência social que estuda as ações humanas relacionadas às riquezas que compõem o patrimônio, registrando os fatos que o alteram e fornecendo informações confiáveis sobre a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades, por meio das demonstrações contábeis (MARION, 2006). Assim, o principal objetivo da Contabilidade “é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer *inferências* sobre suas *tendências* futuras” (MARION, 2006, p. 26). Os relatórios contábil-financeiros, de acordo com o CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2011, p. 8),

[...] fornecem informação acerca da posição patrimonial e financeira da entidade que reporta a informação, a qual representa informação sobre os recursos econômicos da entidade e reivindicações contra a entidade que reporta a informação. Relatórios contábil-financeiros também fornecem informação sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos da entidade que reporta a informação e reivindicações contra ela. Ambos os tipos de informação fornecem dados de entrada úteis para decisões ligadas ao fornecimento de recursos para a entidade.

Com o desenvolvimento do mercado internacional e o advento da globalização, as empresas passaram a atuar em diversos países, captando recursos estrangeiros e realizando negócios que ultrapassam as fronteiras nacionais. Essa situação gerou, no cenário mundial, a necessidade de que os demonstrativos contábeis expressem eventos que possam ser interpretados e comparados não apenas no país em que foram elaboradas, mas também nos diversos países em que a entidade atua.

Nesse contexto, é importante observar que a contabilidade internacional considera a importância da transparência nos demonstrativos, de modo a propiciar a tomada de decisões esclarecidas e fundamentadas em conhecimento da real situação econômica da entidade, o que se tornou conhecido no cenário global pelo termo *disclosure*². Portanto, a informação correta aos usuários externos assume papel relevante na contabilidade societária.

A partir disso, o Brasil deu início ao processo de adoção das normas internacionais de contabilidade, com o objetivo de regulamentar a elaboração de demonstrações contábeis a partir de princípios aceitos pela comunidade internacional, afastando-se a imposição de regras contábeis inflexíveis. A finalidade dessas normas é que os demonstrativos contábeis

² “*Disclosure* pode ser entendido como o processo de evidenciação ou divulgação de informações contábeis sobre o desempenho econômico-financeiro de uma companhia no ato da comunicação com seus usuários” (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 3).

evidenciem a essência econômica das transações, de modo que possam ser interpretados e comparados em nível mundial.

A promulgação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, veio a introduzir no ordenamento jurídico pátrio a harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. Portanto, a contabilidade societária passa a estar em consonância com a de outros países, adaptando-se à atual realidade econômica internacional.

Assim, com o advento da Lei nº 11.638/2007, surgiram diversos questionamentos a respeito de uma nova contabilidade, harmonizada com os critérios adotados em outros países, que possa evidenciar, com transparência, a real situação patrimonial, econômica e financeira das entidades. A referida lei, juntamente com a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, é um marco no processo de mudança da contabilidade brasileira para adoção das normas internacionais de contabilidade, conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Para que possa ser alcançada essa pretendida harmonização, é necessário que a contabilidade aplicada pelas empresas seja pautada essencialmente pelas normas contábeis, com foco na informação de qualidade para os usuários. No entanto, no contexto brasileiro, assim como nos demais países latino-americanos³, a contabilidade é culturalmente associada aos tributos.

Com efeito, a tributação e os interesses fiscais apresentam, tradicionalmente, influência sobre as práticas contábeis adotadas pelas empresas. Isso pode revelar dificuldades para implementar novas regras contábeis de avaliação do patrimônio, dissociadas das práticas fiscais, tendo em vista que “o interesse tributante faz com que cada vez mais a contabilidade seja voltada para o interesse da arrecadação” (MARTINS, E.; MARTINS, V. A.; MARTINS, É, 2007, p. 5).

Portanto, essa influência pode representar um dos desafios que o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade enfrenta no país. Desse modo, esse foi o ponto de partida da pesquisa, na medida em que se tem por objetivo verificar como está ocorrendo a adaptação da prática contábil às novas normas de depreciação dos bens do ativo imobilizado, propostas pelo CPC 27. Ou seja, buscou-se analisar se a prática contábil conseguiu ultrapassar essas barreiras e está em consonância com as atuais normas de contabilidade societária.

³ De acordo com E. Martins, V. A. Martins e É. A. Martins (2007), os países que adotam o direito romano – conhecido como *civil law* – apresentam uma normatização contábil mais rígida que aqueles países regidos pelo sistema de *common law*, tendo tradicionalmente uma preocupação direcionada ao credor. Além disso, nos países latinos essa preocupação está essencialmente voltada para o fisco.

Esses desafios da aplicação das normas internacionais de contabilidade, internalizadas pelo Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), podem ser um empecilho para a convergência das normas contábeis na prática. Essa situação pode ser visualizada, por exemplo, na avaliação do ativo imobilizado, área em que as regras fiscais, extremamente detalhadas, em especial, no que se refere às taxas de depreciação aceitas para fins de dedução do Imposto de Renda, eram usualmente utilizadas na contabilidade societária.

Diante do exposto, tendo em vista os possíveis desafios para a implementação das novas normas na prática contábil brasileira, em especial, aqueles referentes aos critérios de depreciação dos bens do ativo imobilizado, objetivou-se analisar as demonstrações contábeis dos exercícios de 2010 e de 2011 divulgadas pelas dez empresas com ações de maior liquidez na BM&FBovespa S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa S.A.) para examinar o emprego das normas contábeis aplicáveis à depreciação dos bens do ativo imobilizado pelas empresas brasileiras, a partir da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 27.

Para isso, adotou-se a perspectiva da adoção das normas internacionais no país, partindo-se da metodologia prevista pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis n. 27. Desse modo, questiona-se: as dez empresas com ações de maior liquidez na BM&FBovespa S.A. aplicaram os critérios relacionados à depreciação dos bens do ativo imobilizado previstos no CPC 27 nas suas demonstrações financeiras no ano de 2010 e de 2011?

Com vistas a atender ao questionamento proposto na pesquisa, procurou-se verificar a aplicação das normas contábeis relativas à depreciação dos bens do ativo imobilizado em empresas escolhidas com base no Índice BOVESPA (IBOVESPA). Este índice mede a liquidez das ações das empresas, ou seja, representa o volume de negociação das ações no mercado de capitais, e é publicado por período quadrimestral pela BM&FBovespa S.A., a principal instituição brasileira para intermediação das operações do mercado de capitais.

Além disso, também foram estudados os principais critérios estabelecidos para a depreciação dos bens do ativo imobilizado, previstos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e convergidos para a contabilidade brasileira por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Por fim, foi verificada a aplicação das normas contábeis de depreciação dos bens do ativo imobilizado pelas dez empresas com ações mais negociadas na BM&FBOVESPA S.A.

Diante do exposto, o tema mostra-se relevante para a contabilidade em geral, tendo em vista as recentes mudanças que se encontram em fase de adoção obrigatória pelas empresas e

de aprimoramento da ciência contábil. A escolha do tema também apresenta motivação pessoal, em razão da atualidade do assunto e da demanda de conhecimento das práticas contábeis que estão sendo empregadas no país, o que demonstra, ainda, a relevância acadêmica da pesquisa.

Ademais, o tema é importante para a sociedade e para o Curso de Ciências Contábeis, embora a pesquisa a ser desenvolvida não tenha o objetivo de exaurir as questões relativas à matéria abordada, apontando apenas as principais polêmicas a respeito da aplicação das normas contábeis de depreciação dos bens do ativo imobilizado face ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade pelo Brasil.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se o método de abordagem indutivo, de modo a analisar uma situação particular para buscar conclusões gerais a respeito da aplicação das normas de depreciação internacionais pelas empresas brasileiras. Como método de procedimento, empregou-se o comparativo, para possibilitar a identificação das semelhanças e diferenças entre a aplicação das normas contábeis relativas à depreciação nas empresas selecionadas, bem como a sua comparação com a legislação contábil. Utilizou-se, ainda, a técnica de pesquisa bibliográfica, obtendo-se as informações a partir de fontes bibliográficas.

O trabalho é dividido em cinco capítulos. Neste capítulo introdutório, apresenta-se a contextualização do tema escolhido, apresentando os principais aspectos e a definição do problema de pesquisa, bem como a sua justificativa. No segundo capítulo, fixam-se algumas premissas que envolvem as normas de contabilidade internacional, fazendo-se um breve histórico. Nesse capítulo também são abordados os conceitos necessários ao desenvolvimento do estudo, bem como apontados os critérios observados na análise das demonstrações contábeis.

No terceiro capítulo, explica-se a metodologia utilizada no trabalho, atentando-se para a escolha das empresas selecionadas. O quarto capítulo destina-se a apresentar as discussões e os resultados a partir das informações obtidas nos relatórios contábeis analisados, examinando-se os requisitos dispostos pelas normas contábeis vigentes no que diz respeito à depreciação dos bens do ativo imobilizado. O quinto capítulo é designado às conclusões do trabalho, de forma a sintetizar as considerações sobre o estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, é apresentada a fundamentação teórica do estudo. Para definir os critérios que as normas de contabilidade vigentes exigem a respeito da evidenciação da depreciação dos bens do ativo imobilizado, é necessário fazer uma abordagem dos principais conceitos relacionados ao tema escolhido, buscando descobrir qual é o nível de conhecimento científico atual do assunto pelos doutrinadores da área.

Ademais, é importante situar as normas contábeis no contexto social e histórico, apresentando um breve histórico da construção da contabilidade internacional e da sua introdução no país. A partir disso, pode-se identificar que informações são exigidas para os relatórios financeiros, considerando-se os objetivos da contabilidade internacional.

2.1 Contabilidade internacional

O estudo da contabilidade internacional é imprescindível para o entendimento das regras atuais de depreciação dos bens do ativo imobilizado adotadas pelo Brasil. Isso porque essas normas passaram a nortear a contabilidade do país, introduzindo princípios que devem ser seguidos em todos os aspectos das demonstrações contábeis, incluindo-se na avaliação dos bens e direitos das entidades.

Num primeiro momento, é preciso compreender que “a globalização da contabilidade está inserida em um contexto de globalização da economia mundial, em termos principalmente de captações de recursos internacionais e de redução das barreiras comerciais entre as nações” (DELOITTE, 2007, p. 1). Em realidade, a transposição das barreiras na economia não é recente, mas tem se acentuado nos últimos anos, com a facilidade proporcionada pelas novas tecnologias.

Assim, a contabilidade está inserida nesse processo na medida em que “as empresas captam recursos no mundo todo, onde eles sejam menos onerosos, e investem nos países em que são melhores as oportunidades, as perspectivas mais promissoras” (SCHMIDT; SANTOS; FERNANDES, 2007, p. ix). De fato, demonstrações que possam ser interpretadas em diferentes países tornam o acesso às informações menos oneroso para o investidor, tornando o investimento de capital em empresas atrativo e confiável.

Portanto, a demanda pela harmonização da contabilidade surge em decorrência do processo de globalização do comércio, em especial, da criação de empresas multinacionais

que, assim como realizam negócios em diversos países, também captam recursos estrangeiros para financiar suas atividades.

Nesse contexto, o financiamento junto a instituições financeiras deixa de ser a principal fonte de recursos das aplicações de longo prazo das entidades, que passam a buscar o capital de investidores, inclusive nos mercados internacionais. Por outro lado, para adquirirem a confiança e a preferência do investidor, essas empresas precisam disponibilizar informações compreensíveis e comparáveis em diversas culturas.

Constata-se que “o mercado financeiro é relevante para o crescimento econômico de um país” (ANDREZO; LIMA, 2007, p. 11). Além disso, as operações em mercado de capitais são mais atrativas ao investidor, que obtém melhor taxa de retorno se comparada a de outros investimentos, e ao tomador de recursos (empresas), pois o custo de captação de recursos é menor, não havendo a intermediação da instituição financeira, na forma em que ocorre com a captação de recursos por meio da poupança e concessão por meio de empréstimos pelos bancos.

Assim, há estrita relação entre o mercado de capitais e a contabilidade, tendo em vista que a aplicação de recursos em empresas por meio de participação no capital social demanda a transparência das informações, para proporcionar confiança. O investidor, diferentemente das instituições financeiras, as quais, em geral, exigem garantia para conceder financiamentos, não possuem garantias do retorno de seu investimento, devendo acreditar na saúde financeira da empresa.

O mercado financeiro, de modo geral, envolve relação de confiança, a qual se torna ainda mais essencial, quando se trata de investimentos no mercado de capitais:

Por fim, deve-se observar também que a intermediação financeira envolve confiança. Dar e receber crédito é, em última instância, dar e receber confiança, como se observa da origem da palavra do latim *creditum*, que significa confiança. Aquele que entrega recursos a alguém acredita que esses recursos serão administrados de forma a permitir uma adequada remuneração. Nesse sentido, a transparência é fundamental para permitir o monitoramento por parte dos poupadores e assegurar uma confiança ainda maior entre os agentes e no próprio mercado. (ANDREZO; LIMA, 2007, p. 8)

Desse modo, a harmonização dos critérios contábeis surge como uma necessidade para os Estados que desejam propiciar a competitividade de suas empresas no mercado internacional. Realmente, o fato de um mesmo evento poder ser registrado de forma diferente em países distintos dificulta a comparabilidade das demonstrações contábeis, tornando oneroso, para os usuários das informações, o conhecimento a respeito da situação financeira e patrimonial das entidades.

Em vista disso, pode-se dizer que a contabilidade internacional surgiu com o intuito de atender às expectativas dos usuários desses demonstrativos, que buscam informações transparentes, confiáveis, objetivas, relevantes e comparáveis a nível internacional (DELOITTE, 2007). Com efeito, a criação de padrões mundiais para a divulgação da evolução do patrimônio de empresas proporciona o aumento na credibilidade dessa informação.

Assim, no processo de nascimento da contabilidade internacional, criaram-se órgãos internacionais responsáveis pela produção e interpretação de normas contábeis e financeiras, buscando-se alcançar a uniformização dos critérios adotados nos relatórios emitidos pelas empresas em nível mundial.

2.1.1 Órgãos e normas internacionais de contabilidade

A preocupação em criar mecanismos de proteção aos investidores de empresas existe desde a crise americana de 1929, quando se iniciou nos Estados Unidos um movimento para a normatização contábil das demonstrações financeiras, que resultou, posteriormente, na criação do *American Institute of Certified Public Accountants*⁴ (AICPA) (PORTELA, 2011).

Mais tarde, esse organismo foi substituído, na década de 1970, pelo *Financial Accounting Standards Board*⁵ (FASB), entidade independente e sem fins lucrativos, na atribuição de emitir os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (*Generally Accepted Accounting Principles – US GAAP*). Nessa mesma época, em 1973, órgãos formados por profissionais contábeis de dez países (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido) criaram o *International Accounting Standards Committee*⁶ (IASC), com o objetivo de formular normas contábeis internacionais (MEIRELLES JÚNIOR, 2009).

A *International Organization of Securities Commissions*⁷ (IOSCO) “recomendou no ano de 2000 que os órgãos reguladores de mercado de capitais em cada país autorizassem as sociedades multinacionais a apresentar suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de contabilidade” (DELOITTE, 2007, p. 43).

⁴ Em tradução livre: Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados.

⁵ Em tradução livre: Conselho de Normas Contábeis e Financeiras.

⁶ Em tradução livre: Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade.

⁷ Em tradução livre: Organização Internacional das Comissões de Valores.

Já no ano de 2001, foi criado o *International Accounting Standards Board*⁸ (IASB), em substituição ao IASC, com vistas a melhorar a estrutura técnica de formulação dos pronunciamentos contábeis internacionais. Nos anos 2000, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) associaram-se ao IASB (MÜLLER; SCHERER, 2010). Atualmente, o IASB é o principal órgão no processo da uniformização internacional da contabilidade (PEREZ JUNIOR, 2005).

O IASB é órgão com sede permanente em Londres cujo propósito é a criação de normas para orientar a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras para empresas em todo o mundo (MÜLLER; SCHERER, 2010). A entidade tem como objetivos “elaborar e publicar, notoriamente, normas contábeis internacionais, que deverão ser observadas nos relatórios contábeis; e promover a aceitação e adoção prática de tais normas em escala mundial” (MÜLLER; SCHERER, 2010, p. 30).

Observa-se que as normas internacionais de contabilidade são compostas por quatro tipos de pronunciamentos técnicos: *International Accounting Standard (IAS)*⁹, *Standing Interpretations Committee (SIC)*¹⁰, *International Financial Reporting Standard (IFRS)*¹¹ e *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* (PORTELA, 2011).

Os IAS são pronunciamentos emitidos pelo IASC, até o ano de 2001, muitos ainda vigentes, que tiveram como objetivo formular um novo padrão de normas contábeis internacionais, com aceitação mundial. O SIC foi o comitê criado, em 1997, com existência até 2001, para interpretar questões divergentes, relacionadas tanto a pronunciamentos internacionais já emitidos como aos ainda não emitidos.

Os pronunciamentos IFRS são emitidos pelo IASB, portanto, mais recentes que os IAS, cujo principal objetivo é desenvolver um modelo único de normas financeiras internacionais que promovam transparência e comparabilidade na elaboração de demonstrações, para atender ao público interessado nessas informações. O IFRIC é o comitê responsável pela publicação das interpretações sobre o conjunto de normas internacionais, a partir do ano de 2002, emitindo, portanto, interpretações sobre as IFRS.

Em 2002, a União Europeia determinou a obrigatoriedade de as empresas europeias de capital aberto – com ações negociadas em bolsas de valores – apresentarem as suas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (DELOITTE, 2007). Assim, a partir de 2005, as empresas europeias de capital aberto passaram

⁸ Em tradução livre: Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade.

⁹ Em tradução livre: Norma Internacional de Contabilidade.

¹⁰ Em tradução livre: Comitê de Interpretação de Normas.

¹¹ Em tradução livre: Norma Internacional de Relatório Financeiro

a adotar, em caráter obrigatório, as normas internacionais emitidas pelo IASB na publicação de suas demonstrações. A partir desse ano, aproximadamente, 90 países passaram a adotar as normas internacionais (PEREZ JUNIOR, 2005).

Existe ainda o *Framework*, que dita os princípios fundamentais da estrutura conceitual da contabilidade internacional, definindo os objetivos básicos das demonstrações financeiras, seus pressupostos, suas características qualitativas e seus elementos, bem como os critérios de reconhecimento dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas e os princípios de avaliação dos elementos das demonstrações financeiras, tais como custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente (SANTOS, 2006).

2.1.2 O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil

No cenário brasileiro, o processo de normatização da contabilidade no setor privado adquiriu relevância no século XX, com o desenvolvimento econômico e social do país. Até a década de 1930, o país tinha a economia predominantemente voltada para a exportação do café, o que o tornava dependente das oscilações do produto no mercado externo. Com a crise americana de 1929, que impactou nas exportações nacionais, o Brasil deparou-se com a necessidade de elaborar uma política econômica voltada para o incentivo da industrialização, o que demandaria a criação de poupança e aplicação de recursos (ANDREZO; LIMA, 2007).

Assim, percebe-se que, somente a partir da década de 30, surgiram as preocupações voltadas à regulamentação das empresas, tendo em vista a relevância da industrialização para a economia nacional. No que se refere à contabilidade, pode-se dizer que,

As práticas normativas no Brasil ocorreram mais fortemente a partir dos anos 40 do século passado, aceleraram-se em intenções nos anos 50 e 60, mas foi na década de 70 e 80 que se proliferaram em decisões oficiais do Governo e de instituições de classe. (SÁ, 2008, p. 249)

Em decorrência da necessidade de regulamentação do setor industrial, foi editado o Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, com a reunião da legislação pertinente às sociedades por ações e a apresentação de normas contábeis e de classificação geral dos grupos dos balanços. Referido decreto-lei teve forte influência das normas europeias, tendo em vista que os EUA estavam em recuperação da crise de 1929 (SÁ, 2008).

No período que se seguiu, constata-se a existência de corretores, Bolsa de Valores e sociedades anônimas, mas não ocorreram significativos avanços no mercado financeiro, bem como na regulamentação contábil. De acordo com ANDREZO e LIMA (2007, p. 24-25):

O mercado acionário no Brasil era muito pouco desenvolvido e o volume de negócios estava restrito a algumas poucas *blue chips*, que tinham flutuações constantes em seus preços, o que desestimulava novos investidores. Como causas da pequena movimentação, podemos destacar: (a) deficiências na legislação sobre as sociedades anônimas de capital aberto; (b) dificuldades de obtenção de informações sobre a real situação econômico-financeira das empresas; (c) inexistência de investidores institucionais; (d) elevados índices de inflação; e (e) tradição familiar das empresas brasileiras, que evitavam recorrer ao mercado de ações como fonte de recursos.

A partir de 1965, com a regulamentação específica pela Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, nota-se um crescimento no mercado de capitais brasileiro, com o aumento de registro das sociedades anônimas de capital aberto, impulsionado por incentivos fiscais ao setor (ANDREZO; LIMA, 2007). No entanto, a legislação demonstrou-se insuficiente para garantir o desenvolvimento do mercado de capitais e tornou-se necessária a revisão das normas regulamentadoras, bem como da contabilidade aplicável às sociedades por ações.

No processo de normalização do mercado de capitais, foi promulgada a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), que, ao regular a contabilidade das sociedades por ações, se fundamentou em padrões norte-americanos, com ênfase nas informações financeiras, e foi um diploma inovador à época (SÁ, 2008; IUDÍCIBUS, 2010).

Na década de 70, também foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como órgão regulador do mercado de capitais, e publicada a Lei das Entidades de Previdência Privada (Lei 6.462, de 09 de novembro de 1977), as quais são importantes investidoras no mercado financeiro nacional. Em vista dessas inovações, “pode-se dizer que, nesta década, procurou-se criar um arcabouço institucional mais complexo para o mercado de capitais, à semelhança do que havia sido feito na década de 60 com o mercado bancário” (ANDREZO; LIMA, 2007, p. 86).

No entanto, apesar da qualidade da Lei nº 6.404/76 no que diz respeito às normas contábeis, a prática contábil brasileira esteve atrelada à obediência legal (tanto à legislação tributária como à societária) e a órgãos governamentais, como o Banco Central do Brasil (BACEN), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a CVM, que passaram a intervir na regulamentação contábil em razão do espaço deixado pela referida lei (NIYAMA, 2010).

O Conselho Federal de Contabilidade, como órgão da profissão contábil, propôs princípios contábeis geralmente aceitos, os quais “constituem um conjunto de fontes basilares que alicerçam a estrutura contábil básica” (MÜLLER, SCHERER, 2010, p. 2). Assim, a contabilidade brasileira fundamenta-se nos princípios da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Atualização Monetária, da Competência e da Prudência. Tais princípios são denominados de BR-GAAP (Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) (MÜLLER, SCHERER, 2010).

Por outro lado, muitas vezes, as resoluções de organismos independentes, em especial da profissão contábil, por não terem força legal, apesar de respeitadas pelos profissionais contábeis, eram deixadas em segundo plano. Além disso, as regras fiscais influenciavam significativamente a elaboração das demonstrações financeiras. Essa situação gerou uma defasagem da legislação contábil e o atraso da contabilidade adotada no país:

A Contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação do Imposto de Renda. Esse fato, ao mesmo tempo que trouxe à Contabilidade algumas contribuições importantes e de bons efeitos, limitou a evolução dos Princípios Fundamentais de Contabilidade ou, ao menos, dificultou a adoção prática de princípios contábeis adequados, já que a Contabilidade era feita pela maioria das empresas com base nos preceitos e formas de legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios contábeis corretos. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 2)

Com efeito, a cultura nacional de adotar uma metodologia normativa intervencionista se manifestou, inclusive, na área contábil, com a determinação de procedimentos contábeis voltados especialmente para a escrituração e com a priorização do atendimento às normas fiscais (SÁ, 2008; NIYAMA, 2010). Entretanto, a evolução do comércio internacional e o ingresso de capital estrangeiro nas empresas brasileiras, impulsionado pelo desenvolvimento do mercado de capitais, resultaram na necessidade de reformulação do sistema contábil brasileiro.

Em realidade, o processo de convergência das normas contábeis brasileiras às internacionais se deve, em grande parte, à evolução do mercado de capitais. Isso é corroborado pelo fato de que houve “um crescimento, especialmente a partir de 1995, na presença do capital estrangeiro nas companhias com atividades no Brasil, de forma isolada ou compartilhando o controle com brasileiros” (WEFFORT, 2005, p. 79), ao mesmo tempo em que, desde a década de 70, alguns países mantiveram significativos investimentos em grandes empresas no Brasil.

Além disso, no ano de 2002, 69 empresas brasileiras tinham seus títulos negociados em bolsas de valores estrangeiras, principalmente nos Estados Unidos e na Espanha, tendo

sido, em 1976, a Companhia do Vale do Rio Doce, a primeira empresa brasileira a colocar títulos no exterior (WEFFORT, 2005). Desse modo, essas companhias deveriam se adequar às normas contábeis locais para poderem buscar investimentos no exterior, passando a elaborar demonstrações de acordo com o exigido no mercado em que suas ações eram negociadas.

Observa-se que o mercado de capitais exerce significativa influência sobre as práticas contábeis, na medida em que a divulgação das informações das empresas assume maior relevância na relação com os investidores que em outras, conforme lecionam ANDREZO e LIMA (2007, p. 112):

Nos mercados em geral, os bens normalmente negociados são bens fungíveis, cujas características são facilmente identificáveis ou que podem ser inspecionados. O mercado de valores mobiliários é diferente. Cada companhia tem as suas peculiaridades, não sendo viável para os possíveis investidores inspecioná-las. Além disso, o preço dos valores mobiliários depende muito das perspectivas de lucros da empresa. Assim, os investidores precisam de uma ampla gama de informações sobre o emissor, tais como: situação financeira, perspectivas, concorrência, produtos e serviços, passivos atuais e potenciais, experiência e formação dos administradores, entre outros. E, para facilitar a comparação com outros emissores, é importante que tais informações sejam apresentadas de forma padronizada.

Nesse contexto de aumento de investimentos estrangeiros nas empresas brasileiras e de expansão das companhias nacionais para o mercado externo, intensificou-se o movimento para a adoção das normas internacionais pelo Brasil. Assim, em 2000, foi dado início à tramitação do Projeto de Lei nº 3.741, com vistas a alterar dispositivos da Lei nº 6.404/76, adequando-a ao novo cenário econômico (PEREZ JUNIOR, 2005).

No ano de 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), entidade que passaria a ser responsável pela uniformização das normas contábeis no país. Em 2007, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Deliberação CVM nº 520, de 15 de maio de 2007, (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2007), passou a aceitar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, dando força ao processo de convergência das práticas contábeis brasileiras às internacionais e reconhecendo a importância daquele comitê nesse processo.

Finalmente, em 2007, ocorreu a transformação do projeto de Lei nº 3.741, de 2000, na Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, com o intuito de proporcionar o fundamento legal para a adoção das normas internacionais pelo Brasil, acelerando o processo de unificação padrões contábeis. Complementando a adequação da legislação brasileira, foi editada a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, introduzindo-se mais modificações à Lei nº 6.404/76.

A partir do ano de 2009, tornou-se obrigatória a adoção das normas IFRS para as empresas de capital aberto e para as de capital fechado de médio e grande porte, encerrando-se o período proposto para adaptação.

Atualmente, as normas brasileiras de contabilidade são compostas basicamente pela Lei 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n°s 11.638/2007 e 11.941/2009, e pelos pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela CVM, pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), pelo BACEN, pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), pela SUSEP (DELOITTE, 2007) e pelos pronunciamentos técnicos de unificação das normas contábeis do CPC.

2.1.2.1 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Para possibilitar a adoção das normas internacionais de contabilidade pelo Brasil, foi criado, pela Resolução CFC n° 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, órgão independente e composto por representantes de seis entidades: Conselho Federal de Contabilidade, Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), BM&FBOVESPA S.A, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

Em realidade, a criação de um órgão independente era essencial para possibilitar a adoção das normas internacionais, bem como a uniformização dos padrões contábeis brasileiros, de modo que os seus pronunciamentos passaram a ser o norte da contabilidade no país. Com efeito,

O referido instituto representou uma determinação deveras ímpar no Brasil porque reuniu pela primeira vez entidades de naturezas profissionais e funcionais heterogêneas em torno de um só objetivo, como, também, por definir uma linha de convergência com as normas da entidade IASB – International Accounting Standards Board. (SÁ, 2008, p. 260)

As atribuições do CPC estão elencadas no artigo 4° da Resolução CFC n° 1.055/05, sendo que o órgão é responsável por “estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005, p. 3). Além disso, o CPC é competente para emitir Orientações e

Interpretações a respeito de dúvidas que possam surgir em decorrência da aplicação de seus Pronunciamentos Técnicos.

Frisa-se que a emissão de pronunciamentos pelo comitê tem por objetivo permitir a centralização e a uniformização do processo de produção de normas contábeis no país, considerando-se o processo de convergência às normas internacionais. De fato, em suas razões para a criação do CPC, o Conselho Federal de Contabilidade afirmou que a tendência internacional é a criação de um órgão único e autônomo, com participação de representantes daqueles que tenham interesse na informação contábil, para a unificação dos padrões adotados nas demonstrações (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

2.2 Ativo imobilizado

Os itens a serem classificados no ativo imobilizado, de acordo com o artigo 179, inciso IV, da Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976, sp) são

os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

A norma internacional que trata do ativo do imobilizado é a IAS 16, cujo objetivo é “prescrever o tratamento contábil para instalações, máquinas e equipamentos (bens de uso)” (MÜLLER; SCHERER, 2010, p. 45). A norma internacional prescreve regras para o registro desses itens, em especial, prevendo procedimentos sobre “o momento de reconhecimento de tais ativos, a determinação de seus valores e os encargos por depreciação que devem ser reconhecidos com relação a eles (MÜLLER; SCHERER, 2010, p. 45)

Em conformidade com a IAS 16 – *Property, Plant and Equipment* (IFRS FOUNDATION, 2011) e o Pronunciamento Técnico CPC 27 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009), os bens integrantes do ativo imobilizado são aqueles bens tangíveis destinados à utilização na produção ou no fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos e que se espera sejam usados em mais de um exercício contábil.

A partir disso, depreende-se que o ativo imobilizado inclui “todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade” (IUDÍCIBUS et. al., 2010, p. 220).

Ativos imobilizados, portanto, “representam todos os bens de longa permanência na empresa, destinados ao atendimento do funcionamento normal das atividades da empresa e de seu empreendimento” (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 293). Dentre os itens que podem ser classificados como ativos fixos tangíveis, podem-se citar as máquinas, os equipamentos, os veículos, os móveis e as instalações (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

De acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2009), os itens desse grupo de contas são, portanto, bens que proporcionam benefícios econômicos por um período superior ao evidenciado nas demonstrações contábeis e, em razão disso, são capitalizados e os seus custos são alocados ao resultado durante os períodos em que proporcionam benefícios à entidade.

Também em conformidade com MÜLLER e SCHERER (2010, p. 45), “Instalações máquinas e equipamentos são ativos tangíveis utilizados por uma empresa na produção ou no abastecimento de bens e serviços, para rentabilizar terceiros ou para propósitos administrativos, e cuja vida útil é superior a um período”.

Além disso, é importante atentar para o fato de que,

Para muitas empresas o ativo imobilizado é o principal componente do ativo e os custos e despesas com depreciação, amortização e exaustão são itens significativos na apuração do resultado de tais empresas. Conseqüentemente, diferenças contábeis nesse item são as principais fontes de não-comparabilidade entre os relatórios contábeis. (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2009, p. 131)

Desse modo, tendo em vista a relevância que o ativo imobilizado pode assumir no patrimônio das entidades, é essencial delimitar os direitos que serão registrados nesse grupo de contas, para evitar distorções no resultado das empresas. Expressamente, a IAS 16 exclui do seu regramento os bens classificados como mantidos para venda, os ativos biológicos relacionados à atividade agrícola, os direitos de exploração mineral, reservas minerais e recursos similares não regenerativos, como petróleo, gás natural e carvão mineral (LEMES; CARVALHO, 2010; PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

Deve-se considerar, ainda, que, “um item do ativo fixo tangível deve ser reconhecido como ativo se: forem prováveis os benefícios econômicos futuros para a empresa em função dele e o seu custo puder ser mensurado com certo grau de confiabilidade” (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 294).

Desse modo, a contabilização de um item no ativo imobilizado limita-se à expectativa de geração de benefícios econômicos futuros relacionados a esse bem. Em consequência disso, o valor contábil do bem não pode ser superior ao valor que será por ele proporcionado

para a entidade. Por outro lado, se não for provável a contribuição do bem para resultados futuros da empresa, o direito não deve ser reconhecido no balanço.

Portanto, podem-se identificar duas condições essenciais para que um direito seja registrado no ativo imobilizado da sociedade: a mensuração confiável do seu custo e a expectativa de benefícios futuros. Nesse sentido:

Dois critérios são exigidos para reconhecimento de um ativo: a probabilidade de *benefícios econômicos* associados ao ativo fluírem para a empresa e a possibilidade de *mensuração confiável* do custo do ativo. Estes dois princípios devem permear toda decisão tomada pela empresa no reconhecimento do ativo imobilizado. (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2009, p. 134)

Essas condições devem ser observadas tanto quando do reconhecimento do ativo, bem como quando da ocorrência de eventos que venham a alterar as suas características, comprometendo a sua capacidade de geração de benefícios ou alterando o seu custo, em decorrência de gastos efetuados para a sua manutenção.

Entretanto, é preciso observar que há bens que, agregados a outros, não necessariamente aumentam os benefícios econômicos futuros esperados pela entidade, como é o caso daqueles adquiridos por segurança ou por adaptações ambientais (LEMES; CARVALHO, 2010). Ainda assim, esses bens devem ser contabilizados, uma vez que sem a sua aquisição a realização de benefícios econômicos futuros não seria possível.

Quanto à classificação dos itens do ativo imobilizado, IUDÍCIBUS et. al. (2010) sugerem que sejam divididos em dois subgrupos: os bens em operação e o imobilizado em andamento.

Nos bens em operação, os autores sugerem que sejam registradas as seguintes contas: terrenos; obras preliminares e complementares; obras civis; instalações; máquinas, aparelhos e equipamentos; equipamentos de processamento de dados; sistemas aplicativos – *software*; móveis e utensílios, veículos, ferramentas; peças e conjuntos de reposição; imobilizado biológico; direitos sobre recursos naturais – outros; benfeitorias em propriedades de terceiros.

Já no grupo de imobilizado em andamento, apontam que devem ser registradas as seguintes contas: bens em uso na fase de implantação; construções em andamento; importações em andamento de bens do imobilizado, adiantamento a fornecedores de imobilizado e almoxarifado de materiais para construção de imobilizado.

Em relação ao registro dos itens, é recomendável que as classes integrantes do ativo imobilizado sejam separadas em contas contábeis distintas. Por outro lado, o controle dos

bens deve ser individualizado, inclusive no que se refere à depreciação. Além disso, as depreciações acumuladas figuram como contas redutoras do ativo (IUDÍCIBUS et. al., 2010).

Ademais, os ativos fixos devem ser registrados inicialmente “por seu custo (preço de compra mais tarifas de importação, impostos indiretos não recuperáveis e qualquer outro custo relacionado com a colocação em serviço do ativo para o uso a que está destinado)” (MÜLLER; SCHERER, 2010, p. 46). Assim, o custo de um item do ativo fixo imobilizado devem compreender:

- O seu preço de compra, incluindo os gastos de importação e os impostos não recuperáveis, deduzindo os descontos comerciais e abatimentos sobre compras;
 - Outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso (mão de obra de instalação, gastos com fretes e seguros, entre outros);
 - A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual está localizado. Tais custos representam a obrigação que a entidade assume quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque.
- (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 294)

Observa-se, não devem ser incluídos nos custos dos ativos fixos tangíveis os gastos com manutenção periódica ou com a transferência ou reinstalação do item. Isso porque “o reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo fixo cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração” (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 295).

Não se pode deixar de observar que os custos dos itens do ativo imobilizado devem incluir, ainda, os gastos estimados para retirar o bem de operação, quando não mais utilizados pela entidade, conforme lecionam MÜLLER e SCHERER (2010, p. 89):

Ainda segundo o IAS 16, em seu parágrafo 16, o valor dos ativos desse grupo deve ser apresentado pelo custo de aquisição, além dos gastos necessários para colocá-los em operação, adicionados da estimativa dos gastos necessários para tirá-los de operação e para o restauro da área onde se encontravam e outras obrigações incorridas na sua aquisição.

Observa-se ainda que, conforme o art. 183 da Lei nº 6.404/76¹², a entidade deve realizar periodicamente testes de recuperação, nos quais poderão ser constatadas perdas do

¹² Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

[...]

V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;

[...]

§ 3o A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

capital aplicado nos ativos fixos. Assim, deve-se considerar que, na legislação brasileira, diferentemente de outros ativos que podem ser avaliados a valor presente ou a valor justo, os itens do ativo imobilizado são avaliados e registrados pelo custo de aquisição, deduzindo-se os respectivos saldos das contas de depreciação, amortização ou exaustão, e registrando-se as perdas verificadas em teste de recuperação.

Desse modo, a partir da determinação dos bens que compõem o ativo imobilizado e da identificação do valor pelo qual devem ser registrados, podem-se analisar as características relativas à depreciação que incidirá sobre esses bens ao longo da sua vida útil econômica.

2.3 Depreciação

No que diz respeito ao ativo imobilizado, a diminuição do valor dos elementos que o compõem será registrada na conta de depreciação. Com efeito, a vida útil econômica desses bens, apesar de se estender por mais de um exercício contábil, possui tempo limitado. Por conseguinte, os custos desses ativos devem ser distribuídos de maneira sistemática aos períodos em que ocorrerão benefícios econômicos para a entidade.

Logo, a depreciação pode ser entendida como o processo contábil de converter gradativamente o custo do ativo imobilizado em despesa nos períodos contábeis em que o bem é utilizado, de modo a reconhecer o seu desgaste, pelo uso, pela ação da natureza ou pela sua obsolescência, na medida em que é consumido pela empresa (MARION, 2006).

Assim, de acordo com o artigo 183, § 2º, alínea *a*, da Lei nº 6.404/76, a diminuição de um ativo será registrada na conta de “depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência” (BRASIL, 1976, sp). Pode-se dizer, portanto, que “a depreciação corresponde ao reconhecimento contábil do valor econômico do desgaste natural do bem pelo uso durante a sua vida útil” (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 293).

A norma internacional relacionada ao tratamento da depreciação é também a IAS 16. Em conformidade com essa norma (IFRS FOUNDATION, 2011) e com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009), valor

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

[...]

(BRASIL, 1976, sp)

depreciável é a diferença entre o custo do ativo, ou outro valor que substitua o custo, e o seu valor residual. Já a depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo durante a sua vida útil

O custo do ativo, como observado anteriormente, corresponde aos gastos incorridos para colocar o bem em funcionamento. O valor residual “é o montante líquido que a empresa espera obter por um ativo ao final de sua vida útil” (MÜLLER; SCHERER, 2010, p. 45). Assim, a depreciação “é a distribuição sistemática do encargo por depreciação de um ativo durante o [...] período de tempo durante o qual se espera que uma empresa utilize um ativo, ou o número de unidades de produção que se espera ter de um ativo”. (MÜLLER; SCHERER, 2010, p. 45)

De acordo com PEREZ JUNIOR (2005), a IAS 16 determina que a depreciação deve ser alocada em cada período contábil durante a vida útil dos ativos, sem, no entanto, recomendar método específico, sendo apenas exigida a uniformidade do método escolhido. Além disso, o tempo de vida útil dos bens deve ser revisto periodicamente, assim como deve ser realizado o ajuste das taxas de depreciação. No que se refere ao método de depreciação, qualquer mudança representa uma alteração de estimativa contábil.

A lei societária, no art. 183, §3º, II, prevê essa revisão periódica, de modo que sejam “revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação” (BRASIL, 1976, sp). Portanto, a vida útil do ativo, bem como o seu valor residual, deve ser revisada, no mínimo, uma vez a cada período contábil. Ademais, quando se verificar uma mudança na expectativa de utilização do bem, deve ser revisada a taxa de depreciação.

Observa-se que, em relação à depreciação, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) nº 4 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1992), que regulava a avaliação patrimonial e foi revogada pela Resolução CFC nº 1.283/2010, previa também a alocação da depreciação em cada período contábil durante a vida econômica útil estimada dos ativos, sem recomendar método específico. Entretanto, o método usualmente aplicado pelas empresas considerava as taxas admitidas como dedutíveis para fins fiscais, sendo registrada a depreciação pelo método linear¹³ (PEREZ JUNIOR, 2005).

Percebe-se, portanto, que, tradicionalmente, eram utilizadas para fins de depreciação as taxas previstas pela legislação fiscal, de maneira que a despesa correspondente fosse

¹³ Taxas de depreciação anual fixadas pela legislação do Imposto de Renda: Bens Móveis em geral, 10%; Edifícios e Construções, 4%; Biblioteca, 10%; Ferramentas, 20%; Máquinas e instalações industriais, 10%; Veículos em geral, 20%; Tratores, 25%; Computadores e Periféricos, 20% (MARION, 2006).

dedutível na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Contudo, essa prática não pode mais ser adotada pelas empresas a partir da vigência dos novos padrões contábeis brasileiros, uma vez que a avaliação dos bens para fins contábeis demanda uma análise mais criteriosa e específica que aquela empregada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Nesse sentido:

a tendência de um número significativo de empresas foi, sempre, simplesmente adotar as taxas admitidas pela legislação fiscal. Essa prática não poderá ser mais adotada. Essas taxas deverão ser utilizadas apenas para fins de apuração de impostos, sendo os valores da depreciação controlados em registros auxiliares. [...] Para fins contábeis, porém, não se deve simplesmente aceitar e adotar as taxas de depreciação fixadas como máximas pela legislação fiscal, ou seja, deve-se fazer uma análise criteriosa dos bens da empresa que formam seu Imobilizado e estimar sua vida útil econômica e seu valor residual, considerando suas características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que podem influenciar em sua vida útil. (IUDÍCIBUS et. al., 2010, p. 247-248 passim)

Ao invés de adotar taxas pré-fixadas, a administração da empresa deve avaliar as condições de uso do bem e a sua expectativa de benefícios econômicos futuros, para determinar qual o desgaste pelo uso ou a perda da utilidade, ainda que por ação da natureza ou por obsolescência, que o bem poderá sofrer nos períodos em que contribui para o resultado da entidade. Assim, podem ser levados em conta, por exemplo, a capacidade de produção esperada, a expectativa de inovações tecnológicas, a deterioração natural e os limites legais para uso do ativo.

A depreciação deve representar a diminuição efetiva do valor do bem em razão de fatores que já podem ser previstos pela empresa. Pode-se dizer, portanto, que “a depreciação total é a parte do caixa investido na aquisição ou construção do ativo que não será recuperado pelo caixa produzido pela sua eventual venda ao final de seu uso” (IUDÍCIBUS, 2010, p. 248). Portanto, apesar de não ser determinada a utilização de método específico para alocar a depreciação, o critério utilizado pela entidade “deve refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos que o ativo incorpora” (MÜLLER; SCHERER, 2010, p. 46).

Em relação aos fatores que devem ser considerados na determinação da vida útil econômica, o Pronunciamento Técnico CPC 27 arrola os seguintes:

56. Os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são consumidos pela entidade principalmente por meio do seu uso. Porém, outros fatores, tais como obsolescência técnica ou comercial e desgaste normal enquanto o ativo permanece ocioso, muitas vezes dão origem à diminuição dos benefícios econômicos que poderiam ter sido obtidos do ativo. Consequentemente, todos os seguintes fatores são considerados na determinação da vida útil de um ativo:
(a) uso esperado do ativo que é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo;

- (b) desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- (c) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo;
- (d) limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento mercantil relativos ao ativo. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009, p. 14)

Quanto ao método de depreciação, a IAS 16 e o Pronunciamento Técnico CPC 27 não recomendam a utilização de um método em especial. No entanto, a administração da empresa deve avaliar qual é o critério que mais se adéqua aos objetivos da entidade e à utilização do bem. Além disso, uma vez determinado o método, ele deverá ser utilizado durante toda a vida útil dos ativos. Se ocorrerem mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado, estas devem ser consideradas alterações de estimativa contábil, que não afetarão as demonstrações contábeis passadas (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2009).

Podem-se citar como principais métodos de depreciação o método das quotas constantes (ou método linear), o método da soma dos dígitos dos anos, o método das unidades produzidas, o método de horas de trabalho e o método da depreciação decrescente (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

Pelo método das quotas constantes, um dos mais simples e também aceito pela legislação fiscal, a depreciação é calculada a partir da divisão do valor depreciável pelo tempo de vida útil do bem (MARION, 2006). No método da soma dos dígitos dos anos, a depreciação de cada período será uma fração entre o número de anos de vida útil restante e a soma dos algarismos que compõem o número de períodos de vida útil total do bem (IUDÍCIBUS et. al., 2010).

No método de unidades produzidas, a depreciação é calculada a partir do número total de unidades que se espera sejam produzidas pelo bem, sendo que a quota anual de depreciação corresponderá ao número de unidades produzidas no ano dividido pelo número de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil do bem. Assim, resulta em despesa baseada no uso ou na produção esperada (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009; IUDÍCIBUS et. al., 2010).

No método de horas de trabalho, calcula-se a depreciação partindo-se do número de horas que se espera sejam trabalhadas pelo bem, sendo que a quota de depreciação anual será o resultado da divisão do número de horas trabalhadas pelo bem no período pelo número de horas de trabalho estimadas durante a sua vida útil (IUDÍCIBUS et. al., 2010). O método da

depreciação decrescente consiste no reconhecimento da despesa de forma decrescente durante a vida útil estimada do ativo (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

Além disso, para cálculo da depreciação, deve-se considerar, separadamente, cada parte do item que possua um custo significativo em relação ao todo (IUDÍCIBUS et. al., 2010; PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012). Em consequência disso, poderão ser adotadas taxas de depreciação diferentes para as partes integrantes do ativo imobilizado, de modo que expressem a sua real expectativa de vida útil.

Em resumo, os principais critérios contábeis da depreciação de ativos imobilizados elencados pela IAS 16 e pelo CPC 27 são:

- a depreciação deve ser ajustada no resultado;
- a vida útil econômica estimada do ativo imobilizado deve ser revisada ao menos anualmente;
- a depreciação de um ativo imobilizado deve cessar quanto o ativo é classificado como mantido para venda ou na data de sua baixa;
- o método de depreciação utilizado deve refletir o padrão de consumo pela companhia dos benefícios econômicos futuros;
- o método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício;
- vários métodos de depreciação podem ser utilizados: método da linha reta, método dos saldos decrescentes, método de unidades produzidas, entre outros. (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 299)

O início da depreciação de um ativo ocorre quando da sua disponibilidade para uso, no local e nas condições de funcionamento pretendidas. Encerra-se a depreciação quando o ativo for reclassificado como mantido para venda ou quando for baixado. Desse modo,

A depreciação de um ativo inicia-se quando o mesmo está em condições de ser usado nas condições projetadas pela administração da empresa. A depreciação deixa de ser registrada quando: (a) o valor residual iguala-se ou torna-se maior que valor contábil; (b) o ativo é reclassificado como mantido para venda; (c) o ativo é baixado; e (d) quando não há produção, se o método de depreciação relaciona-se com as unidades produzidas. A depreciação continua a ser contabilizada quando o ativo estiver ocioso ou é retirado de seu uso ativo, desde que o bem não esteja completamente depreciado. (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2009, p. 144)

Desse modo, a depreciação não será interrompida pela ociosidade do bem ou pela sua retirada do uso normal. No entanto, se o método de depreciação for baseado nas unidades produzidas, a despesa de depreciação do período pode ser zero quando não houver produção.

Essas são, fundamentalmente, as regras relativas à depreciação atualmente vigentes na legislação brasileira, a partir da adoção das normas internacionais de contabilidade. Assim, a partir da análise destes critérios nas demonstrações contábeis de algumas companhias que

possuem ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, será possível identificar o comprometimento das empresas em adotar na prática os novos padrões contábeis brasileiros.

Conforme leciona WEFFORT (2005, p. 64):

A mensuração do grau de harmonização pode ser fundada nas normas ou nas práticas contábeis. Como representativos das normas, podem ser utilizados, por exemplo, os requisitos para listagem em Bolsas de Valores; e o conhecimento das práticas pode vir através de uma amostra de demonstrações contábeis das companhias do país ou de questionários respondidos por contadores e/ou auditores familiarizados com as práticas locais.

Além disso, é importante observar que há uma gama de informações que devem ser evidenciadas pelas empresas em notas explicativas às demonstrações contábeis em relação aos itens do ativo imobilizado, quais sejam:

- os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
 - os métodos de depreciação usados;
 - a vida útil ou as taxas de depreciação usadas;
 - a quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas acumuladas por *impairment*) no início e no fim do período;
 - uma conciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.
- (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 300)

A Lei nº 6.404/76 prevê, em seu art. 176, §5º, informações que devem ser divulgadas pelas entidades nas notas explicativas (BRASIL, 1976). Em relação à depreciação, as notas explicativas devem evidenciar, em especial, os critérios dos cálculos utilizados, conforme se verifica da redação legal:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

[...]

§ 5º As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

[...]

IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

[...]

(BRASIL, 1976, sp)

Por sua vez, o Pronunciamento Técnico CPC 27 indica, nos itens 73 a 79, os aspectos relativos ao ativo imobilizado que devem ser divulgados nas demonstrações contábeis. No que se refere à depreciação, de acordo com o item 73 do CPC 27, as demonstrações contábeis

devem conter os métodos de depreciação, as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas, bem como a depreciação acumulada no início e no final do período¹⁴ (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

No item 75, o Pronunciamento Técnico CPC 27 recomenda a divulgação das informações que proporcionem aos usuários o conhecimento das políticas adotadas pela administração:

75. A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento. Por isso, a divulgação dos métodos adotados e das estimativas das vidas úteis ou das taxas de depreciação fornece aos usuários das demonstrações contábeis informação que lhes permite revisar as políticas selecionadas pela administração e facilita comparações com outras entidades. Por razões semelhantes, é necessário divulgar:

- (a) a depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período; e
- (b) a depreciação acumulada no final do período.

(COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009, p. 19)

Segundo o item 76 do Pronunciamento Técnico CPC 27, e, também, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, “a entidade deve divulgar a natureza e o efeito de uma mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subseqüentes” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009, p. 19).

Assim, as mudanças de estimativas relativas aos custos residuais, às vidas úteis e aos métodos de depreciação são informações que devem ter a sua natureza e seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis. Desse modo, é recomendável que as entidades divulguem tais alterações (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

Ressalta-se que o Pronunciamento Técnico CPC 27 está em consonância com a IAS 16 no que se refere à indicação das informações que devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis. Com efeito, verifica-se que os itens 73 a 79 da IAS sugerem a divulgação das informações referidas no CPC 27 (IFRS FOUNDATION, 2011). Assim, pode-se dizer que o CPC 27 atende às normas internacionais no que diz respeito à orientação de divulgação dos aspectos relativos à depreciação.

¹⁴ 73. As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de ativo imobilizado:

- (a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- (b) os métodos de depreciação utilizados;
- (c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- (d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando:

[...]

(COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009, p. 17-18).

Desse modo, partindo-se das recomendações do Pronunciamento Técnico CPC 27, ao analisar uma amostra de demonstrações das empresas que negociam suas ações na BM&FBovespa S.A., é possível obter uma medida de adoção das práticas contábeis internacionais no país, no que se refere à depreciação dos itens do ativo imobilizado.

3 METODOLOGIA

Abordados os conceitos relacionados ao tema escolhido e identificados os principais critérios estabelecidos pelas normas contábeis no que diz respeito à orientação da divulgação das informações quanto à depreciação dos bens do ativo imobilizado, passa-se a elucidar os métodos utilizados no estudo. Neste capítulo, também, é explicada a seleção das empresas cujas demonstrações contábeis foram analisadas, identificando os critérios observados na pesquisa.

3.1 Métodos e técnicas da pesquisa

Definidos os objetivos da pesquisa, devem ser escolhidos métodos e técnicas que serão utilizados no estudo. Isso porque o conhecimento científico é caracterizado pela aplicação do método, que orienta o pesquisador no planejamento e no desenvolvimento da pesquisa. Além do método, o conhecimento científico é também marcado por outras características, como clareza e precisão, generalidade, sistematização, objetividade, verificabilidade, falibilidade e refutação (GIL, 2000).

Assim, para que um conhecimento seja considerado científico, é preciso que possam ser identificadas as “operações mentais e técnicas que possibilitam sua verificação. Ou, em outras palavras, é necessário identificar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento” (GIL, 2000, p. 31). Continua o autor, afirmando que método é “o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento”.

Portanto, toda pesquisa científica deve ter sua elaboração pautada em métodos, de modo que possa contribuir para a ciência:

A finalidade da pesquisa é “descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos”, afirmam Sellitz et alii (1965:5). Estes métodos, mesmo que, às vezes, não obtenham respostas fidedignas, são os únicos que podem oferecer resultados satisfatórios ou de total êxito. (MARCONI; LAKATOS, 2010a, p. 2)

O método, portanto, auxilia na organização do pensamento e na orientação do pesquisador. De acordo com FACHIN (2000, p. 29),

O método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e

interpretar os resultados. Em sentido mais genérico, método, em pesquisas, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo.

A autora (FACHIN, 2000) organiza os métodos de pesquisa em dois grupos: os métodos racionais e os métodos específicos das ciências sociais. Define os métodos racionais como aqueles que orientam o raciocínio do pesquisador, dividindo-os em dedutivo e indutivo. Como métodos específicos da ciência social, a professora aponta o método observacional, o comparativo, o histórico, o experimental, o estudo de caso, o funcionalista e o estatístico.

GIL (2000) também cita dois tipos de métodos: os de abordagem, que fundamentam a lógica da investigação científica, e os referentes aos procedimentos, que delimitam as técnicas do estudo. O autor classifica os métodos de abordagem em dedutivo, indutivo, dialético e hipotético-dedutivo. Quanto aos métodos referentes aos procedimentos, cita o experimental, o observacional, o comparativo, o estatístico e o monográfico.

Quanto aos métodos de abordagem, MARCONI E LAKATOS (2010b) esclarecem que o método dedutivo parte de princípios gerais, admitidos como verdadeiros, para reformular suas informações a partir de conclusões originadas dos próprios princípios. Já o método indutivo tem como ponto de partida a análise de uma situação particular para a posterior generalização das constatações.

O método hipotético-dedutivo surgiu com base em críticas ao da indução, utilizando premissas gerais, assim como o método dedutivo. Entretanto, “enquanto no método dedutivo procura-se a todo custo confirmar a hipótese, o método hipotético dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la” (GIL, 2000, p. 39).

No estudo, foi utilizado o método indutivo, que parte de casos particulares, analisando características individuais, para, então, buscar conclusões gerais a respeito do assunto abordado. Nesse aspecto, ao estudar a depreciação dos bens do ativo imobilizado a partir dos critérios previstos pelas normas de contabilidade atualmente vigentes no país, optou-se por analisar individualmente demonstrações contábeis de dez empresas.

Assim, a partir da análise do grupo das empresas selecionadas, admite-se a percepção da aplicação das normas relativas à depreciação dos bens do ativo imobilizado pelas empresas em geral, considerando-se que as empresas selecionadas possuem destaque no mercado financeiro nacional, em razão da notável liquidez de seus títulos mobiliários.

Por outro lado, é preciso observar que a aplicação das regras de depreciação não pode ser visto como algo acabado e definitivo, pautado em conclusões imutáveis, visto que o que se

procura estudar é a relação entre a norma e a prática contábil, o que se constitui num processo contínuo de adaptação e aperfeiçoamento.

Em relação aos métodos de procedimento, o aplicado é o comparativo, o qual consiste na “investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, tendo em vista ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” (GIL, 2000, p. 41). Esse método permite uma análise comparativa, a partir da observação das divergências e das similaridades entre as características da evidenciação contábil por algumas empresas e as regras da depreciação vigentes com a adoção das normas internacionais no país. Assim, é possível relacionar a legislação e a prática contábil observada nas demonstrações financeiras das empresas escolhidas.

Salienta-se que esse método é utilizado nas ciências sociais, pois possibilita compreender os fenômenos a partir da comparação entre eles, destacando-se as diferenças e as semelhanças. Nesse sentido:

Essa é a razão pela qual se diz que o método comparativo tem grande amplitude no campo das ciências, com sua aplicação nos elementos investigativos, conforme o ponto de vista que se pretende estudar, pois o comportamento humano (sendo típico, genérico e universal) pode ser mais bem compreendido mediante comparações de diversos grupos ou subgrupos sociais, em alguns casos, de indivíduos e também de dados, objetos e outros. Comparando-se semelhanças e divergências, a importância entre os grupos pode ser mais bem explicada. (FACHIN, 2006, p. 41)

No que diz respeito às técnicas de pesquisa, MARCONI E LAKATOS (2010a), citam a documentação indireta e a direta, a pesquisa bibliográfica, a observação direta intensiva e a extensiva, além de outras técnicas aplicáveis às ciências sociais. No estudo, será utilizada a técnica da pesquisa bibliográfica, a qual apresenta como uma das principais vantagens o “fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2010).

Desse modo, a “pesquisa bibliográfica é aquela em que os dados são obtidos em fontes bibliográficas, ou seja, de material elaborado com a finalidade explícita de ser lido” (GIL, p. 62. 2000), e é “uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultura em todas as formas do saber” (FACHIN, 2006, p. 119).

Percebe-se, portanto, que a pesquisa bibliográfica tem por objetivo dar suporte ao estudo desenvolvido, conferindo-lhe estrutura teórica sobre o fenômeno objeto de análise (VEY, 2011). A partir das contribuições existentes, o pesquisador dispõe de fundamentos para responder ao problema proposto sob a sua perspectiva. “Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame

de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2010a, p. 57).

Em consequência disso, seleciona-se a técnica de pesquisa bibliográfica para o estudo desenvolvido, tendo em vista que as contribuições existentes sobre o tema são imprescindíveis para o entendimento do assunto e a resposta ao problema de pesquisa. Além disso, o tema proposto é essencialmente teórico, pois está relacionado a conceitos e definições da ciência contábil e a sua identificação nas demonstrações contábeis analisadas.

3.2 Seleção das empresas analisadas

Para a realização da pesquisa, o estudo foi feito nas empresas que negociam seus papéis na bolsa de valores, por se tratarem de entidades que captam recursos no mercado de capitais, o que representa um custo mais atrativo em relação a outras formas de financiamento e, por outro lado, indica necessidade de atendimento aos interesses dos investidores, como usuários das demonstrações contábeis. O acesso às informações dessas empresas é outro fator relevante para o desenvolvimento da pesquisa, devido à exigência de divulgação de suas demonstrações.

Salienta-se que a BM&FBovespa S.A. é a principal instituição de intermediação de operações no mercado de capitais brasileiro, sendo a única bolsa de valores, mercadorias e futuros em operação no país (BM&FBOVESPA, 2011). Desse modo, o mercado de capitais brasileiro é essencialmente representado pelas negociações realizadas a partir da BM&FBovespa S.A., no qual se concentram as companhias de capital aberto.

Assim, as empresas foram identificadas de acordo com a composição da carteira teórica de referência do Índice BOVESPA, publicado para o quadrimestre de setembro a dezembro de 2011, ao qual se teve acesso em 05 de setembro de 2011, na página virtual <http://www.bmfbovespa.com.br/>.

O IBOVESPA consiste num “importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro [e retrata] o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBOVESPA” (BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS, 2011, sp). O índice representa “o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 02/01/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética” (BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS, 2011, sp).

A carteira teórica utilizada para o cálculo do IBOVESPA é relacionada com a representatividade dos títulos no mercado à vista, de modo que a participação de cada ação é avaliada conforme o número de negócios e o volume financeiro. Além disso, como forma de manter a fidedignidade do índice, a carteira teórica é reavaliada ao final de cada quadrimestre, período de vigência do IBOVESPA, para que sejam identificadas as mudanças na participação relativa de cada título. Assim, as ações podem permanecer ou serem excluídas do índice, bem como podem ser incluídos novos papéis (BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS, 2011, sp).

O IBOVESPA é apurado pela BM&FBovespa S.A., sendo que, num primeiro momento, calcula-se o índice de negociabilidade de cada ação nos últimos dozes meses. A partir disso, listam-se os índices em ordem decrescente, para se calcular a participação de cada índice de negociabilidade individual em relação à soma total dos índices, de modo que a carteira teórica de ações inclui os títulos cuja soma das participações alcance 80% (oitenta por cento) do total (BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS, 2011).

Após verificados os critérios de inclusão na carteira do índice, são, mais uma vez, listados os índices de negociabilidade das ações, para que se possa ajustar a participação de cada título na carteira teórica sobre o valor do último índice divulgado. Desse modo, apura-se a quantidade teórica de cada ação, a partir da divisão da sua participação no índice pelo seu preço de fechamento no último dia do quadrimestre anterior (BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS, 2011).

O IBOVESPA foi o índice escolhido para nortear a análise das empresas no trabalho em razão de que é composto por entidades com grande participação na negociação de títulos no mercado brasileiro, tendo em vista que “as ações integrantes da carteira teórica do Índice Bovespa respondem por mais de 80% do número de negócios e do volume financeiro verificados no mercado à vista (lote-padrão) da BM&FBOVESPA” (BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS, 2011, sp).

Para o trabalho, foi utilizado o indicador de referência teórica do IBOVESPA para o último quadrimestre de 2011 (setembro a dezembro de 2011), o qual é composto pela carteira teórica de 68 (sessenta e oito) ações, totalizando 60 (sessenta) empresas listadas no índice. O Quadro 1 apresenta a carteira teórica do índice escolhido, de modo a indicar a companhia titular das ações, o código de negociação do título, o nome do papel, bem como a quantidade teórica e a participação apurada, em ordem decrescente.

(continua)

Empresa	Código	Ação	Qtde. Teórica	Part. (%)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR4	PETROBRAS	270,30	9,74
Vale S.A.	VALE5	VALE	131,05	9,35
OGX Petróleo e Gás Participações S.A.	OGXP3	OGX PETROLEO	258,47	5,25
Itaú Unibanco Holding S.A.	ITUB4	ITAUUNIBANCO	83,61	4,44
BMF&Bovespa S.A. Bolsa Valores Merc Fut	BVMF3	BMFBOVESPA	200,88	3,45
Banco Bradesco S.A.	BBDC4	BRADERSCO	64,12	3,30
Banco do Brasil S.A.	BBAS3	BRASIL	64,17	3,14
Gerdau S.A.	GGBR4	GERDAU	128,74	3,05
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR3	PETROBRAS	75,53	3,00
Vale S.A.	VALE3	VALE	36,55	2,87
PDG Realty S.A. Empreendimentos e Part	PDGR3	PDG REALT	184,20	2,61
Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	USIM5	USIMINAS	123,06	2,53
Itausa Investimentos Itaú S.A.	ITSA4	ITAUSA	125,14	2,18
Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend e Part	CYRE3	CYRELA REALT	70,40	1,91
MRV Engenharia e Participacoes S.A.	MRVE3	MRV	70,42	1,67
Gafisa S.A.	GFSA3	GAFISA	121,83	1,66
Cia Siderurgica Nacional	CSNA3	SID NACIONAL	59,51	1,61
Hypermarcas S.A.	HYPE3	HYPERMARCAS	60,84	1,45
BRF - Brasil Foods S.A.	BRFS3	BRF FOODS	23,77	1,31
Cielo S.A.	CIEL3	CIELO	17,42	1,30
Cia Bebidas das Américas - AMBEV	AMBV4	AMBEV	12,85	1,25
MMX Mineracao e Metalicos S.A.	MMXM3	MMX MINER	85,35	1,21
Redecard S.A.	RDCD3	REDECARD	27,12	1,21
Rossi Residencial S.A.	RSID3	ROSSI RESID	54,86	1,18
Lojas Renner S.A.	LREN3	LOJAS RENNER	10,72	1,15
Bco Santander (Brasil) S.A.	SANB11	SANTANDER BR	39,56	1,10
Tim Participacoes S.A.	TIMP3	TIM PART S/A	64,74	1,08
Lojas Americanas S.A.	LAME4	LOJAS AMERIC	38,43	1,05
Cia Energetica De Minas Gerais - CEMIG	CMIG4	CEMIG	19,24	0,98
CIA Brasileira De Distribuicao	PCAR4	P.ACUCAR-CBD	8,69	0,98
Natura Cosméticos S.A.	NATU3	NATURA	14,83	0,98
Telefônica Brasil S.A	TLPP4	TELESP	10,47	0,91
Fibria Celulose S.A.	FIBR3	FIBRIA	33,59	0,90

(conclusão)

Empresa	Código	Ação	Qtde. Teórica	Part. (%)
All America Latina Logistica S.A.	ALLL3	ALL AMER LAT	56,37	0,90
Metalurgica Gerdau S.A.	GOAU4	GERDAU MET	29,30	0,87
JBS S.A.	JBSS3	JBS	115,25	0,86
Bradespar S.A.	BRAP4	BRADESPAR	13,57	0,84
Br Malls Participacoes S.A.	BRML3	BR MALLS PAR	23,30	0,80
CCR S.A.	CCRO3	CCR SA	9,35	0,80
Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A.	GOLL4	GOL	35,96	0,76
Cosan S.A. Industria e Comercio	CSAN3	COSAN	17,66	0,75
Brookfield Incorporações S.A.	BISA3	BROOKFIELD	59,58	0,73
Oi S.A.	TNLP4	TELEMAR	20,32	0,72
Eletropaulo Metrop. Elet. Sao Paulo S.A.	ELPL4	ELETROPAULO	13,67	0,70
Marfrig Alimentos S/A	MRFG3	MARFRIG	47,03	0,69
Braskem S.A.	BRKM5	BRASKEM	21,03	0,69
Centrais Elet Bras S.A. - Eletrobras	ELET3	ELETROBRAS	22,20	0,63
Cia Paranaense de Energia - Copel	CPLE6	COPEL	9,79	0,60
Cia Hering	HGTX3	CIA HERING	9,44	0,59
CESP - Cia Energetica de Sao Paulo	CESP6	CESP	10,79	0,57
Vanguarda Agro S.A.	ECOD3	ECODIESEL	525,16	0,57
Light S.A.	LIGT3	LIGHT S/A	11,77	0,56
Centrais Elet Bras S.A. - Eletrobras	ELET6	ELETROBRAS	15,29	0,56
LLX Logistica S.A.	LLXL3	LLX LOG	79,37	0,55
Embraer S.A.	EMBR3	EMBRAER	31,31	0,55
Klabin S.A.	KLBN4	KLABIN S/A	58,72	0,53
Duratex S.A.	DTEX3	DURATEX	27,13	0,53
Ultrapar Participacoes S.A.	UGPA3	ULTRAPAR	9,81	0,49
Souza Cruz S.A.	CRUZ3	SOUZA CRUZ	14,02	0,49
Tam S.A.	TAMM4	TAM S/A	7,64	0,48
B2w - Companhia Global Do Varejo	BTOW3	B2W VAREJO	15,50	0,44
Usinas Sid De Minas Gerais S.A.	USIM3	USIMINAS	10,83	0,42
Cpfl Energia S.A.	CPFE3	CPFL ENERGIA	10,39	0,38
Oi S.A.	BRTO4	BRASIL TELECOM	17,91	0,38
Rossi Residencial S.A.	SBSP3	SABESP	3,55	0,28
Oi S.A.	TNLP3	TELEMAR	4,79	0,18
Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	TRPL4	TRAN PAULIST	2,11	0,18
Oi S.A.	TMAR5	TELEMAR N L	1,67	0,13
	Qtde Teórica Total		3.952,40	100

Quadro 1 - Empresas listadas no IBOVESPA do último quadrimestre de 2011

Fonte: Adaptação dos dados apresentados pela BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (2011)

Para a pesquisa, optou-se por observar os relatórios das dez empresas com ações de maior liquidez, de forma a ser possível a análise qualitativa das informações, permitindo-se o detalhamento dos dados estudados. Assim, a partir da carteira teórica do IBOVESPA verificou-se a participação relativa de cada título.

Além disso, como as companhias Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras e Vale S.A. possuem mais de um papel entre os dez com maior participação na carteira teórica, optou-se por selecionar as duas empresas seguintes, pela ordem demonstrada no Quadro 1. No Quadro 2, são apresentadas as empresas selecionadas, que representam 52,73% (cinquenta e dois vírgula setenta e três por cento) do volume de negociação da carteira teórica do IBOVESPA do último quadrimestre de 2011.

Empresa	Código	Ação	Qtde. Teórica	Part. (%)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR4 PETR3	PETROBRAS	345,84	12,74
Vale S.A.	VALE5 VALE3	VALE	167,60	12,23
OGX Petróleo e Gás Participações S.A.	OGXP3	OGX PETROLEO	258,47	5,25
Itaú Unibanco Holding S.A.	ITUB4	ITAUUNIBANCO	83,62	4,44
BMF&Bovespa S.A. Bolsa Valores Merc Fut	BVMF3	BMFBOVESPA	200,88	3,45
Banco Bradesco S.A.	BBDC4	BRADESCO	64,13	3,30
Banco do Brasil S.A.	BBAS3	BRASIL	64,18	3,14
Gerdau S.A.	GGBR4	GERDAU	128,74	3,05
PDG Realty S.A. Empreendimentos e Part	PDGR3	PDG REALT	184,21	2,61
Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	USIM5	USIMINAS	123,07	2,53
	Qtde. Teórica Total		1620,74	52,73

Quadro 2 - Empresas selecionadas

Fonte: Adaptação dos dados apresentados pela BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (2011)

Desse modo, as companhias listadas no Quadro 2 foram as selecionadas para a análise das demonstrações contábeis dos exercícios de 2010 e de 2011, a fim de que ser realizado o exame individual das empresas quanto às informações divulgadas em relação à depreciação dos bens do ativo imobilizado.

Foram analisados os exercícios de 2010 e de 2011, tendo em vista que o Pronunciamento Técnico CPC 27, aprovado pela Resolução CFC nº 1.177, de 24 de julho de 2009, teve vigência a partir do ano de 2010 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009). Além disso, optou-se por fazer o estudo a partir dos dados divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas, de forma a evidenciar as informações do grupo econômico.

3.3 Critérios objeto de análise nas demonstrações contábeis

A identificação das informações contidas nas demonstrações contábeis foi feita a partir dos dados divulgados na página virtual das companhias. Para nortear a análise, foram utilizados os critérios da Lei 6.404/76 e do Pronunciamento Técnico CPC 27 mencionados na seção 2.3 deste trabalho.

Esses critérios consistem num conjunto de informações que devem constar nos relatórios contábeis no que diz respeito à depreciação dos bens do ativo imobilizado. Foram observadas, em especial, as notas explicativas, tendo em vista que as informações que delineiam a essência econômica das transações e explicitam os critérios de mensuração são evidenciadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com efeito, na seção 2.3, apurou-se que as notas explicativas devem conter os métodos de depreciação, as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas pela empresa, o valor bruto da depreciação acumulada, bem como uma conciliação do montante escriturado no início e no fim do período.

Desse modo, verificou-se que é recomendável que as companhias identifiquem os critérios dos cálculos da depreciação, apontando a natureza e o efeito das mudanças de estimativa contábil que resultem em impacto no patrimônio. Observa-se que são consideradas alterações de estimativa aquelas relacionadas aos custos residuais, às vidas úteis e aos métodos de depreciação.

Portanto, a análise das demonstrações contábeis pautou-se nesses critérios, dando ênfase ao exame dos métodos de depreciação, das estimativas das vidas úteis, das taxas de depreciação, da depreciação acumulada, bem como da ocorrência e tratamento das mudanças de estimativas contábeis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentadas as informações obtidas nos relatórios divulgados pelas companhias selecionadas. Num primeiro momento, apresenta-se um resumo, situando os aspectos gerais relacionados às empresas.

A partir disso, são relacionadas as principais informações constatadas nos relatórios contábeis referentes à depreciação do ativo imobilizado, para que se possa, na última seção do capítulo, demonstrar a análise efetuada. Este capítulo, portanto, é essencial para o cumprimento da proposta da pesquisa, qual seja, examinar o emprego das normas contábeis aplicáveis à depreciação dos bens do ativo imobilizado pelas dez empresas com ações de maior liquidez na BM&FBovespa S.A..

4.1 Aspectos gerais das empresas selecionadas

Antes de analisar as informações relacionadas à depreciação dos bens do ativo imobilizado, foram identificados alguns aspectos gerais das empresas selecionadas para o estudo, de modo a averiguar a sua área de atuação das companhias, o seu grupo econômico, os veículos de divulgação das informações e o auditor responsável pela revisão das demonstrações contábeis.

4.1.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

A companhia Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras é de origem brasileira, com sede no Rio de Janeiro, RJ. A empresa foi constituída na forma de sociedade por ações, em 03 de outubro de 1953, pela União, por meio da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, tendo efetuado seu registro na CVM em 20 de julho de 1977. Iniciou suas operações em 1954, atua no setor de petróleo e gás e é controlada pela União Federal. Possui, no Brasil e no Exterior, quarenta controladas, dezesseis controladas em conjunto e doze coligadas.

A Petrobras possui atividades operacionais no Brasil e em outros 24 países, destacando-se as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, bem como refino, transporte, comercialização e distribuição. A entidade também promove a geração e comercialização de energia elétrica, e produção de biocombustível. A maior parte da receita

da companhia é originada da venda do petróleo e seus derivados, e, em menor participação, do gás natural.

Os valores mobiliários da companhia são admitidos à negociação também nos Estados Unidos da América, desde 2000, na Espanha, desde 2002, e na Argentina, desde 2006. Em razão do controle estatal, divulga suas informações no Diário Oficial da União, além da publicação em outros jornais de circulação nacional, como Jornal do Commercio, Brasil Econômico e Valor Econômico. Também disponibiliza suas informações e relatórios anuais na página virtual <http://www.petrobras.com.br/>.

Em relação às demonstrações contábeis do exercício de 2010, foi auditada pela KPMG Auditores Independentes. No exercício de 2011, as demonstrações foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A companhia possui política interna de divulgação de informações, constantes no Código de Boas Práticas, para definir os procedimentos a serem adotados no processamento das informações. Essa política é de responsabilidade do Direito Financeiro e de Relacionamento com Investidores.

4.1.2 Vale S.A.

A Vale S.A. é sociedade de economia mista, constituída em 11 de janeiro de 1943, com registro na CVM desde 02 de janeiro de 1970. É empresa de origem brasileira, com sede no Rio de Janeiro, RJ. A companhia é controlada pela holding Valepar S.A., a qual detém 32,4% do capital social. A Valepar, por sua vez, é controlada por Litel Participações S.A.; Bradespar S.A.; Mitsui & Co., Ltd; BNDES Participações S.A., Eletron S.A.. A Vale S.A. é controladora de dezoito sociedades e possui controle compartilhado de três.

A companhia atua no setor de extração mineral e, juntamente com seu grupo econômico, tem suas atividades voltadas à pesquisa, à produção e à comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos, atuando também nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

Além de negociar os títulos na BMF&Bovespa, a Vale S.A. também os negocia na Espanha, desde 2000, nos Estados Unidos da América, desde 2000, na França, desde 2008, e em Hong Kong, desde 2010.

Suas demonstrações contábeis de 2010 e 2011 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A companhia divulga suas informações no

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Commercio e no Diário Comércio & Indústria, também disponibilizando informações na página virtual <http://www.vale.com/>.

4.1.3 OGX Petróleo e Gás Participações S/A

A empresa OGX Petróleo e Gás Participações S/A, até 2007 denominada de Centennial Asset Part. Corumbá S.A., foi constituída em 10 de abril de 2006 e registrada na CVM em 19 de julho de 2006. A companhia é de origem brasileira, com sede no Rio de Janeiro, RJ, e tem como objeto social a participação em outras sociedades no setor de petróleo e gás, sendo controladora de sete companhias, dentre as quais citam-se a OGX Petróleo e Gás Ltda, a OGX Áustria GmbH ("OGX Áustria"), a OGX International GmbH ("OGX International") e a OGX Petróleo e Gás Maranhão S.A..

A entidade também é controladora em conjunto de sociedades que atuam no setor de mineração; de exploração e de produção de óleo e gás; de energia; de logística e infraestrutura de portos; de construção naval; de produção de carvão; de incorporação imobiliária, desenvolvimento de projetos urbanísticos e investimentos em ativos imobiliários; de tecnologia; de esportes e de entretenimento, de catering aéreo e ferroviário, dentre outros.

A sociedade OGX Petróleo e Gás Participações S/A possui como controladoras diretas a Centennial Asset Mining Fund LLC e a Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC. Além disso, também é controlador indireto da companhia, Eike Fuhrken Batista, o qual possui 100% de participação na Centennial Asset Mining Fund LLC e na Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC.

Os valores mobiliários da companhia são aceitos à negociação na BMF&Bovespa, e também, nos Estados Unidos da América, desde 2009. Publica seus relatórios financeiros no Diário Mercantil, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, além de disponibilizar suas informações na página virtual <http://www.ogx.com.br/>. Nos exercícios de 2010 e 2011, suas demonstrações contábeis foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

4.1.4 Itaú Unibanco Holding S.A.

A companhia Itaú Unibanco Holding S.A., sediada em São Paulo, SP, atua no setor de atividade bancária, em todas as modalidades. É de origem brasileira e foi constituída em 09 de setembro de 1943 e registrada na CVM em 30 de dezembro de 2002. A sociedade é

controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e pela IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A, além de possuir outros controladores indiretos. Possui cinco controladas no Brasil e cinco controladas no exterior.

O grupo econômico atua no Brasil e no exterior em atividades bancárias, por meio de sua carteira comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, de financiamento e de investimento e de arrendamento mercantil, inclusive em operações de câmbio e atividades complementares.

Os valores mobiliários da companhia são admitidos a negociação nos Estados Unidos da América, desde 2002, e na Argentina, desde 1998. Os relatórios financeiros dos exercícios de 2010 e 2011 foram verificados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Publica suas informações financeiras no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico e também na página virtual [http:// www.itau.com.br/](http://www.itau.com.br/).

4.1.5 BM&FBovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

A BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros é sociedade com sede em São Paulo, SP, constituída em 14 de dezembro de 2007, registrada na CVM em 11 de agosto de 2008, e tem como país de origem o Brasil. Atua no setor de Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros, e tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as atividades de administrar mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos derivativos.

A companhia organiza, desenvolve e provê o funcionamento de mercados livres e abertos de títulos e valores mobiliários, nas modalidades à vista e de liquidação futura. Além disso, possui duas subsidiárias integrais que representam a companhia no exterior, BM&F USA Inc., nos Estados Unidos da América, e BM&FBovespa UK Ltd., na China, mediante o relacionamento com outras bolsas e agentes reguladores e auxiliar a prospecção de novos clientes para o mercado.

Não há acionista ou grupo de acionistas controladores diretos e/ou indiretos, nem acordo de acionistas que regule a eleição dos membros de seu Conselho de Administração e/ou o exercício do direito de voto dos acionistas da entidade. Possui três subsidiárias integrais, além de participação no capital de uma associação sem fins lucrativos (Bolsa Brasileira de Mercadorias) e em uma bolsa de valores inativa (Bolsa de Valores do Rio de Janeiro).

Publica suas demonstrações financeiras no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, também as divulgando na página virtual <http://www.bmfbovespa.com.br/>. A empresa responsável pela auditoria da companhia, nos exercícios de 2010 e 2011, foi a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

4.1.6 Banco Bradesco S.A.

A companhia Banco Bradesco S.A. foi constituída em 05 de janeiro de 1943 e registrada na CVM em 20 de julho de 1977, sendo de origem brasileira, com sede em Osasco, SP. Atua no setor bancário, como Banco Múltiplo, tendo como objeto a prática de operações bancárias em geral, inclusive câmbio. Desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário.

A principal acionista do Banco Bradesco S.A. é a empresa holding Cidade de Deus Participações, a qual detém diretamente detém 48,60% das ações ordinárias e 24,34% do capital total. Por sua vez, a Cidade de Deus Participações é controlada pela Família Aguiar, pela Fundação Bradesco e pela empresa holding Nova Cidade de Deus Participações S.A.. A empresa tem seus títulos mobiliários admitidos a negociação nos Estados Unidos da América, desde 1997, e na Espanha, desde 2001.

As demonstrações contábeis são publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, bem como na página virtual <http://www.bradesco.com.br/>. A empresa responsável pela auditoria da companhia, no exercício de 2010, foi a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no exercício de 2011, foi a KPMG Auditores Independentes.

4.1.7 Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil S.A. é sociedade de economia mista, com sede em Brasília, DF, constituída em 12 de outubro de 1808, registrada na CVM em 20 de julho de 1977, tendo como país de origem o Brasil. A instituição apresenta a configuração de banco múltiplo desde 2001, tendo sido o primeiro banco a operar no País e também a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro.

A companhia tem como acionista controlador a União, com participação de 59,088355% no capital. Tendo em vista que é sociedade de economia mista, a maioria das ações com direito a voto devem pertencer à União. A participação do Controlador é detida por meio do Tesouro Nacional e fundos, direta ou indiretamente, controlados pela União. A BNDESPAR, subsidiária integral da empresa pública BNDES, detém 0,128999% do capital social do banco e os 30,424593% restantes encontram-se pulverizados no mercado.

A instituição possui participação societária, direta e indireta, em empresas que atuam em diversos segmentos do mercado financeiro ou em atividades relacionadas com seu objeto social, destacando-se as atividades de gestão de recursos de terceiros, seguridade, banco de investimentos, operações de leasing, cartão de crédito e consórcios de bens e serviços.

As demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. são publicadas no Diário Oficial da União, e nos jornais Correio Braziliense, Jornal do Commercio e Valor Econômico, bem como na página virtual <http://www.bb.com.br/>. A responsabilidade pela auditoria da companhia, nos exercícios de 2010 e 2011, foi da KPMG Auditores Independentes.

4.1.8 Gerdau S.A.

A Gerdau S.A. tem sede no Rio de Janeiro, RJ, foi constituída em 20 de novembro de 1961, registrada na CVM desde 03 de setembro de 1980, de origem brasileira. O setor de atividade da companhia é o de metalurgia e siderurgia, com participação e administração de outras empresas. Tem como atividades principais, juntamente com suas controladas, a produção e a comercialização de produtos siderúrgicos em geral, que atendem aos setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário.

A Metalúrgica Gerdau é o acionista com maior participação na sociedade, com 76,6% das ações ordinárias. Do grupo econômico da Gerdau S.A., fazem parte trinta e cinco controladas, no Brasil e no exterior, cinco empresas de controle compartilhado e seis empresas associadas. Além disso, tem seus valores mobiliários admitidos a negociação nos Estados Unidos da América, desde 1999, e na Espanha, desde 2002.

A companhia publica suas demonstrações financeiras no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Commercio e no jornal Valor Econômico, além de disponibilizar os relatórios da empresa na página virtual <http://www.gerdau.com/>. Em relação aos exercícios de 2010 e 2011, os serviços de auditoria foram realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

4.1.9 PDG Realty SA Empreendimentos e Parts

PDG Realty SA Empreendimentos e Parts foi constituída em 17 de novembro de 1998 e registrada na CVM desde 23 de janeiro de 2007, com sede no Rio de Janeiro, RJ, tendo como país de origem o Brasil. A companhia tem como objeto social a participação em sociedades atuantes no setor imobiliário; a prestação de serviços de cobrança de recebíveis; a aquisição de imóveis para a renda; a aquisição de imóveis para incorporação imobiliária, e incorporação imobiliária.

A sociedade foi constituída inicialmente com capital fechado. Em 2004, a Companhia foi adquirida pelo Fundo de Investimento em Participações Pactual Desenvolvimento e Gestão I (PDG), vinculado ao Banco Pactual S.A.. No ano de 2007, foi realizada a abertura do capital no mercado de capitais brasileiro. Atualmente, não há controlador definido. Possui oito coligadas e controladas.

As demonstrações financeiras da companhia são divulgadas no Diário Oficial do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, bem como na página virtual <http://www.pdg.com.br/>. A auditoria das demonstrações referentes aos exercícios de 2010 e 2011 foi feita pela empresa Ernest & Young Terco Auditores Independentes S.S..

4.1.10 Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.

Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A., de origem brasileira, possui sede em Belo Horizonte, MG, foi constituída em 25 de abril de 1956 e registrada na CVM em 11 de abril de 1994. A empresa atua no setor de metalurgia e siderurgia, tendo como atividades principais a exploração da indústria siderúrgica e correlatas e a venda de produtos siderúrgicos, em especial, a produção de aços laminados planos destinados ao mercado interno e à exportação.

O controle da companhia é exercido pelo Grupo Nippon, composto por Nippon Usiminas Co Ltd. – Nippon, Nippon Steel Corporation – NSC, Mitsubishi Corporation do Brasil S.A., Metal One Corporation, com 46,1% de participação no capital votante; pelo grupo Ternium/Tenaris, composto por Confab Industrial S.A., Prosid Investments S.C.A., Siderar S.A.I.C e Ternium Investments S.à.r.l., com 43,3% de participação no capital votante, e pela Caixa dos Empregados da Usiminas – CAIXA, com 10,6% de participação no capital votante. A sociedade possui dez controladas, três controladas em conjunto e três coligadas.

A companhia possui valores mobiliários admitidos a negociação nos Estados Unidos da América, desde 1994, e na Espanha, desde 2005. Divulga suas informações no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos jornais Estado de Minas Gerais e Valor Econômico, e, ainda disponibiliza informações aos investidores na página virtual <http://www.usiminas.com/>. A auditoria das demonstrações contábeis relativos aos exercícios 2010 e 2011 foi realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

4.2 Aspectos relacionados à depreciação do ativo imobilizado

A partir da verificação das informações relevantes relacionadas à depreciação do ativo imobilizado, em conformidade com as normas vigentes de contabilidade, em especial o art. 176, § 5º, da Lei nº 6.404/76 e o CPC 27, e com os critérios apresentados pelos autores estudados, apresentam-se as principais informações verificadas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 2010 e 2011.

A identificação dessas informações torna possível averiguar a que dados os usuários da contabilidade têm acesso, de modo a examinar se satisfazem, de forma qualitativa, os critérios analisados no estudo. O exame foi focado nos métodos de depreciação, nas estimativas das vidas úteis, nas taxas de depreciação e na depreciação acumulada, conforme critérios identificados na Lei 6.404/76 e no Pronunciamento Técnico CPC 27.

4.2.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

O ativo imobilizado representa, aproximadamente, 57% (cinquenta e sete por cento) do ativo total da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras. Os relatórios, tanto do exercício de 2010 como de 2011, apresentam saldo inicial dos últimos dois exercícios das contas do ativo imobilizado, classificadas em (i) Terrenos, edificações e benfeitorias; (ii) Equipamentos e outros bens; (iii) Ativos em construção, e (iv) Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores), com a discriminação das respectivas variações e o saldo de depreciação, amortização e depleção acumuladas.

Quanto aos métodos de depreciação, para os equipamentos e as instalações relacionados com a produção de petróleo e gás, é utilizado como critério de depreciação o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. No exercício de 2011, as demonstrações expressam que as reservas de petróleo e

gás são estimadas por profissionais especializados da própria companhia e revisadas anualmente, ou, se houver indícios de alterações significativas, em período menor.

Os terrenos não são depreciados. Para os itens que possuem vida útil inferior ao tempo de utilização do campo a que são vinculados, a companhia utiliza o método de depreciação linear. Os gastos com manutenção são depreciados como custo da produção, entre as paradas para manutenção que são realizadas em média a cada quatro anos. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, com a seguinte indicação de vidas úteis estimadas:

Tabela 1 - Vida útil média de ativos imobilizados da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

<i>Classe de ativos</i>	<i>Vida útil média ponderada</i>
Edificações e benfeitorias	25 anos (25-40 anos)
Equipamentos e outros bens	20 anos (3-31 anos)

Fonte: Extraído de PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS (2012)

No exercício de 2010, foi revisada a vida útil econômica dos equipamentos e outros bens, com efeitos da mudança das estimativas reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, resultando em redução na depreciação. A alteração das estimativas foi feita com base em laudos de avaliadores externos, resultando nos seguintes tempos de vida útil médios:

Tabela 2 - Mudança das estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras

<i>Classes de ativos</i>	<i>Tempo de vida útil médio atual</i>	<i>Tempo de vida útil médio anterior</i>
Equipamentos de sistemas óticos	20 anos	7 anos
Equipamentos e instalações de distribuições	14 anos	10 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de refino	20 anos	10 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de fertilizantes	22 anos	10 anos
Tanques de armazenamento	26 anos	10 anos
Dutos	31 anos	10 anos
Plataformas	17 anos	16 anos
Plantas termoelétricas	23 anos	20 anos
Navios	25 anos	20 anos

Fonte: Adaptado de PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS (2012)

No exercício de 2011, não foram informadas alterações nas estimativas de vida útil nem nos métodos de depreciação utilizados. Não foram informadas, nas demonstrações contábeis, as taxas de depreciação utilizadas pela companhia.

4.2.2 Vale S.A.

Na sociedade Vale S.A., o ativo imobilizado representa em torno de 65% (sessenta e cinco por cento) do ativo total. As demonstrações financeiras evidenciam a classificação do ativo imobilizado nas seguintes contas: (i) Terrenos; (ii) Imóveis; (iii) Instalações; (iv) Equipamentos de informática; (v) Ativos minerários; (vi) Outros, e (vii) Imobilizações em curso.

Em cada relatório, é possível identificar o saldo inicial dos últimos dois exercícios das contas do ativo imobilizado e as respectivas variações, nas quais se incluem a depreciação, amortização e exaustão do exercício. No entanto, não é visualizado o saldo de depreciação acumulada.

O método de depreciação utilizado é o linear, com base na vida útil estimada dos bens, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso desejado pela administração. Os terrenos não são depreciados. Os gastos com manutenção de áreas industriais e de ativos relevantes são escriturados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios estimado para a manutenção.

De acordo com as notas explicativas, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social. Em relação às taxas de depreciação, não é possível verificar nas demonstrações quais os percentuais utilizados.

Tanto no exercício de 2010, como no de 2011, não foram informadas alterações nas estimativas de vida útil nem nos métodos de depreciação utilizados na avaliação dos bens do ativo imobilizado. No entanto, comparando-se as demonstrações, observam-se alterações na vida útil estimada, conforme exposto na Tabela 3:

Tabela 3 - Vida útil estimada de ativos imobilizados da Vale S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>Vida útil estimada 2011</i>	<i>Vida útil estimada 2010</i>
Imóveis	20-50 anos	10-50 anos
Instalações	20-33 anos	5-50 anos
Equipamentos	10-33 anos	3-33 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5-10 anos
Ativos minerários	2-33 anos	2-33 anos
Locomotivas	25 anos	12,5-33 anos
Vagões	33 anos	33 anos
Equipamentos ferroviários	25 anos	5-50 anos
Navios	5-20 anos	5-20 anos
Outros	2-50 anos	2-50 anos

Fonte: Adaptado de VALE S.A. (2012)

Não foram indicados os efeitos ou a natureza da mudança das estimativas, uma vez que não há referência ao motivo da revisão das vidas úteis estimadas.

4.2.3 OGX Petróleo e Gás Participações S/A

O ativo imobilizado representa em torno de 2% (dois por cento) do ativo total da OGX Petróleo e Gás Participações S/A, sendo que, no balanço individual, a controladora não possui ativos fixos. Os itens de ativo imobilizado de maior relevância são máquinas e equipamentos e aqueles associados às fases de desenvolvimento de petróleo e gás. No exercício de 2011, as contas estão classificadas em (i) Móveis e utensílios; (ii) Máquinas e equipamentos; (iii) Equipamentos telefônicos; (iv) Equipamentos de informática; (v) Sistemas e programas de informática; (vi) Benfeitorias em imóveis de terceiros; (vii) Veículos, e (viii) Aeronaves.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Segundo as notas explicativas, a companhia não identificou alteração na vida útil dos ativos fixos em decorrência da adoção do CPC 27. Desse modo, as demonstrações contábeis não apontam mudanças de estimativas. Entretanto, comparando-se os exercícios de 2010 e 2011, é possível identificar a reclassificação dos itens do ativo imobilizado da companhia, de acordo com a divulgação das taxas de depreciação organizadas na Tabela 4:

Tabela 4 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da OGX Petróleo e Gás Participações S/A

<i>Classe de ativos</i>	<i>Taxa de depreciação em 2011 (% a. a.)</i>	<i>Taxa de depreciação em 2010 (% a. a.)</i>
Móveis e utensílios	10	10
Máquinas e equipamentos	10	-
Equipamentos diversos	-	10
Equipamentos telefônicos	10	-
Equipamentos de informática	20	20
Sistemas de análises sísmicas	-	20
Sistemas e programas de informática	20	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	10
Veículos	20	20
Aeronaves	10	-

Fonte: Adaptado de OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. (2012)

É possível verificar, nos relatórios financeiros, em relação a cada classe dos ativos fixos, o saldo inicial dos últimos dois períodos, com as respectivas variações, a depreciação do período e a acumulada, bem como o valor residual líquido.

4.2.4 Itaú Unibanco Holding S.A.

O ativo imobilizado corresponde a menos de 1% (um por cento) do ativo total da companhia Itaú Unibanco Holding S.A. É possível identificar nas demonstrações, duas categorias de ativo imobilizado: (i) imobilizado de uso, classificado em imóveis de uso e outras imobilizações de uso, e (ii) imobilizado de arrendamento mercantil operacional, classificado em bens arrendados. A conta de depreciação acumulada aparece como conta redutora, nas duas categorias.

É possível identificar, ainda, a subdivisão da conta Imóveis de Uso em (i) Terrenos e (ii) Edificações. Por sua vez, a conta Outras imobilizações de Uso é classificada em (i) Benfeitorias; (ii) Instalações de Uso; (iii) Móveis e Equipamentos de Uso; (iv) Sistema de Processamento de Dados, e (v) Outros.

Os ativos classificados como imobilizados de uso relacionados às operações de seguros, previdência privada e capitalização são ajustados a valor de mercado, quando

aplicável, até 31 de dezembro de 2007, com suporte em reavaliação suportada por laudos técnicos.

De acordo com as demonstrações contábeis, a categoria de imobilizados de uso corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das suas atividades, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens.

As demonstrações contábeis possibilitam a identificação do saldo inicial dos últimos dois exercícios das contas do ativo imobilizado e as respectivas variações, nas quais se incluem a depreciação e amortização do exercício. A depreciação é calculada sobre o custo corrigido pelo método linear.

Não foram apontadas mudanças nas estimativas contábeis, mas, ao analisar as demonstrações contábeis dos exercícios de 2010 e 2011, é possível notar alteração na apresentação das taxas de depreciação anuais dos bens do ativo imobilizado, de acordo com as taxas anuais demonstradas nas Tabelas 5 e 6:

Tabela 5 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Itaú Unibanco Holding S.A. 2010

<i>Classe de ativos</i>	<i>Taxa de depreciação em 2010 (% a. a.)</i>
Imóveis de uso	4 a 8
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	a partir de 10
Instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de segurança, transporte e comunicação	10 a 25
Sistemas de processamento de dados	20 a 50

Fonte: Extraído de ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (2012)

Tabela 6 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Itaú Unibanco Holding S.A. 2011

<i>Classe de ativos</i>	<i>Taxa de depreciação em 2011 (% a. a.)</i>
Imóveis de uso	4
Benfeitorias	10
Instalações de uso	10 a 20
Móveis e equipamentos de uso	10 a 20
Sistemas de processamento de dados	20 a 50
Outros (comunicação, segurança e transporte)	10 a 20

Fonte: Extraído de ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (2012)

Os bens arrendados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil usual, com redução de 30% (trinta por cento). Os valores a receber associados aos bens arrendados são registrados em arrendamentos a receber, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar. Observa-se que, no exercício de 2011, não há saldo de imobilizado de arrendamento mercantil operacional.

4.2.5 BM&FBovespa S.A. - Bolsa De Valores, Mercadorias e Futuros

O ativo imobilizado equivale a menos de 2% (dois por cento) do ativo total da BM&FBovespa S.A. - Bolsa De Valores, Mercadorias e Futuros. Os ativos fixos estão classificados em (i) Edifícios; (ii) Móveis e utensílios; (iii) Aparelhos e equipamentos de computação, (iv) Instalações; (v) Telefonia; (vi) Outros, e (vii) Imobilizado em andamento.

Os itens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, de formação ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos relevantes subsequentes são agregados no valor contábil ou reconhecidos como um novo ativo, desde que haja prováveis benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os gastos com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado.

É possível verificar, nos relatórios financeiros, em relação a cada classe dos ativos fixos, os saldos iniciais e finais dos últimos dois períodos, com as respectivas variações, a depreciação do período e a acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. De acordo com os relatórios financeiros, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício. No exercício de 2010, houve revisão das taxas de vida útil econômica de depreciação com relação a todos os bens integrantes do ativo imobilizado, com reconhecimento de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Segundo as demonstrações da companhia, a avaliação foi realizada por empresa especializada de acordo com as normas do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE) e da ASA – American Society of Appraisers. As mudanças nas taxas anuais de depreciação podem ser visualizadas na Tabela 7. No ano de 2011, não foram verificadas mudanças de estimativas contábeis, permanecendo as taxas definidas em 2010.

Tabela 7 - Mudança das taxas de depreciação anuais dos ativos imobilizados da BM&Bovespa S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>Taxa de depreciação atual (% a. a.)</i>	<i>Taxa de depreciação anterior (% a. a.)</i>
Edifícios	2,5	4
Móveis e utensílios	10	10
Aparelhos e equipamentos de computação	10 a 25	10 a 20
Instalações	10	10
Telefonia	20	10
Outros	11 a 33	10 a 20

Fonte: Extraído de BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (2011)

Observa-se que também são depreciados, de acordo com a vida útil, os direitos decorrentes de arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a BM&FBovespa S/A fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade, sendo classificados como arrendamento financeiro, reconhecendo-se um ativo imobilizado em contrapartida a um passivo de financiamento. Além disso, no exercício de 2011, a companhia incorporou a depreciação de equipamentos utilizados no desenvolvimento de projetos ao custo destes projetos.

4.2.6 Banco Bradesco S.A.

O Banco Bradesco S.A. possui ativo imobilizado equivalente a menos de 1% (um por cento) do ativo total. A conta ativo imobilizado de uso está subdividida em (i) Edificações; (ii) Terrenos; (iii) Instalações, imóveis e equipamentos de uso; (iv) Sistemas de segurança e comunicações; (v) Sistemas de processamento de dados; (vi) Sistemas de transportes, e (vii) Arredamento financeiro de sistemas de processamento de dados.

O ativo imobilizado da companhia representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das suas atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

Os ativos fixos são registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando

aplicável. Os custos de manutenção são agregados ao valor do bem, quando for provável a ocorrência de benefícios econômicos futuros, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. No ano de 2010, houve a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a conta de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. Em relação aos ativos de arrendamento financeiro, no cálculo da depreciação, considera-se o prazo mais curto entre o de arrendamento e o de vida útil. Terrenos não são depreciados. Não foram evidenciadas mudanças de estimativas contábeis, mantendo-se as taxas de depreciação, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados do Banco Bradesco S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>Taxa de depreciação em 2010 e 2011 (% a. a.)</i>
Edificações	4
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10
Sistemas de segurança e comunicações	10
Sistemas de processamento de dados	20 a 50
Sistemas de transportes	20
Arredamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20 a 50

Fonte: Extraído de BANCO BRADESCO S.A. (2012)

Há evidenciação da despesa de depreciação dos últimos três períodos, em separado da despesa de amortização. Além disso, é possível verificar o custo registrado, a depreciação acumulada e o valor residual, em relação a cada classe de ativo imobilizado da companhia.

4.2.7 Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil S.A. possui ativo imobilizado inferior a 1% (um por cento) do seu ativo total. O imobilizado de uso está classificado em (i) Terrenos; (ii) Edificações; (iii) Móveis e Equipamentos; (iv) Benfeitorias em propriedades de terceiros; (v) Equipamentos de processamento de dados; (vi) Veículos, e (vii) Outros.

Nas demonstrações do exercício de 2010, os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo valor justo na data de transição para as IFRSs, utilizando-se esse valor justo como a base de custo dos ativos (custo atribuído). De acordo com as notas explicativas, não há efeito material quanto à diferença entre o custo corrigido e o valor justo.

Já nas demonstrações relativas ao exercício de 2011, afirma-se que o imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição, excluídos os gastos com manutenção, menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos obtidos por meio de arrendamento financeiro são reconhecidos inicialmente pelo valor justo do bem ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento.

A depreciação é calculada utilizando o método linear, de acordo com a vida útil estimada e o valor residual do bem, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas não apresentaram alteração nos exercícios de 2010 e 2011 e estão demonstradas na Tabela 9.

Tabela 9 - Estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados do Banco do Brasil S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>Vida útil estimada</i>
Edificações	10 a 50 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

Fonte: Extraído de BANCO DO BRASIL S.A. (2012)

Para depreciação das edificações próprias, a companhia considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, embasando-se no parágrafo 43 da IAS 16 imobilizado. Ao final de cada período, a companhia avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade.

Nas demonstrações contábeis, há identificação da depreciação acumulada, do custo de aquisição, bem como das variações decorrentes de aquisições e baixas para cada classe de ativo. Há também evidenciação da despesa de depreciação dos últimos três períodos. No entanto, não é possível identificar o valor residual dos ativos fixos da entidade.

4.2.8 Gerdau S.A.

Os ativos fixos correspondem a aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) do ativo total da Gerdau S.A.. O ativo imobilizado está classificado em (i) Terrenos, prédios e construções; (ii) Máquinas, equipamentos e instalações; (iii) Móveis e utensílios; (iv) Veículos; (v) Equipamentos eletrônicos de dados; (vi) Florestamento/reflorestamento, e (vii) Imobilizações em andamento.

Os bens do ativo imobilizado são registrados a custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações. Ao custo de aquisição são agregados os custos dos empréstimos e financiamentos. Os ativos de florestamento/reflorestamento são mensurados pelo valor justo na data das Demonstrações Financeiras, fundamentando-se na IAS 41, por serem consideráveis como ativos biológicos.

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, considerando-se a confiabilidade da mensuração e a probabilidade de benefícios econômicos associados. Reparos e manutenções não relevantes são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A vida útil estimada é apurada com base nas práticas da indústria e na experiência prévia, de modo que reflitam a vida econômica dos bens. Segundo as demonstrações contábeis, não foram identificadas alterações materiais que justificassem mudanças nas estimativas.

Não se verificaram alterações nas vidas úteis estimadas, para cálculo de depreciação, de amortização e de exaustão. As estimativas de vida útil dos ativos imobilizados estão demonstradas na Tabela 10.

Tabela 10 - Estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados da Gerdau S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>Vida útil estimada</i>
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos
Florestamento/reflorestamento	Plano de corte

Fonte: Extraído de GERDAU S.A. (2012)

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

É possível identificar, em relação a cada classe de ativo, o montante do custo de aquisição e as variações, oriundas de aquisições, transferências, baixas e revisão pela recuperabilidade, bem como as despesas de depreciação, de amortização e exaustão e a depreciação acumulada registrada nos últimos dois exercícios. Quanto ao valor residual, não é possível identificar a sua mensuração.

4.2.9 PDG Realty SA Empreendimentos e Parts

O ativo imobilizado da PDG Realty SA Empreendimentos e Parts corresponde a aproximadamente 3% (três por cento) do seu ativo total. O ativo imobilizado é segregado em Imobilizado em Andamento e Imobilizado em Uso, que, por sua vez, é classificado em (i) Estandes de vendas; (ii) Terrenos; (iii) Edifícios; (iv) Máquinas e equipamentos; (v) Móveis e utensílios; (vi) Computadores; (vii) Veículos e Aeronave; (viii) Benfeitoria em imóveis de terceiros, e (ix) Outros.

São reconhecidos pela entidade como ativos os bens cujos riscos e benefícios relativos à propriedade lhe são transferidos em contratos de arrendamento mercantil. Tais itens são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento financeiro, incluindo-se os custos iniciais diretos incorridos na transação.

A companhia avalia seu ativo imobilizado pelo método de custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de provisão para perdas, por considerar que é o melhor método aplicável a esse grupo de ativos. De acordo com as notas explicativas, há controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os gastos com reparos e manutenção são registrados no ativo se houver probabilidade de benefícios econômicos associados e a possibilidade de sua mensuração. Os demais gastos são contabilizados diretamente no resultado quando incorridos. As estimativas de vida útil e o valor residual dos ativos são acompanhados periodicamente e ajustados se necessário.

É possível identificar o montante do custo de aquisição, sem discriminação das variações, a depreciação acumulada e o valor líquido em relação a cada classe de ativo do

exercício correspondente, bem como a depreciação total dos últimos dois períodos. Não se identifica a mensuração do valor residual.

Os principais ativos fixos são os estandes de vendas, avaliados a custo de construção pelo valor justo, com a depreciação diretamente associada ao processo de comercialização dos imóveis e os demais ativos relacionados às suas atividades operacionais. Quanto aos demais ativos fixos, a depreciação anual é calculada pelo método linear, em conformidade com a vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação são evidenciadas na Tabela 11.

Tabela 11 - Taxas de depreciação dos ativos imobilizados da PDG Realty SA Empreendimentos e Parts

<i>Classe de ativos</i>	<i>Taxa de depreciação (% a. a.)</i>
Estandes de vendas	Variável conforme a vida útil de cada estande de vendas
Terrenos	-
Edifícios	4
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores	20
Veículos e Aeronave	20
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10
Outros	0 a 10

Fonte: Extraído de PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PART (2012)

Em relação aos principais ativos fixos da companhia, que são os estandes de venda, não foi possível verificar uma media de vida útil ou de taxa de depreciação. Não foram verificadas alterações nas vidas úteis estimadas nos exercícios de 2010 e 2011.

4.2.10 Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.

A companhia Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A. possui ativo imobilizado próximo a 50% (cinquenta por cento) do ativo total. O grupo é dividido em Imobilizado em Operação e Imobilizado em Andamento. O Imobilizado em Operação é classificado nas

seguintes contas: (i) Edificações; (ii) Máquinas e equipamentos; (iii) Instalações; (iv) Terrenos; (v) Móveis e utensílios; (vi) Equipamentos de informática; (vii) Veículos; (viii) Ferramentas e aparelhos, e (ix) Outros. O imobilizado em andamento é subdividido em (i) Obras em andamento; (ii) Imobilizado em Processamento; (iii) Importações em andamento; (iv) Adiantamentos a Fornecedores; (v) Adiantamentos a fornecedores – empresas ligadas; (vi) Variação monetária/cambial e juros Capitalizados, e (vii) Outros.

O imobilizado é contabilizado pelo custo de aquisição, de formação ou de construção, deduzido da depreciação e reduzido ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com as manutenções para manter os bens em funcionamento são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, já os componentes principais repostos são registrados como ativos individuais, considerando-se a vida útil de cada ativo item. São agregados ao custo de aquisição os juros e a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos dos ativos fixos.

Os bens objeto de arrendamento mercantil, nos quais a companhia figura como arrendatária, são reconhecidos como itens do ativo imobilizado. Dentre os bens arrendados, incluem-se, em especial, veículos, equipamentos de informática e máquinas e equipamentos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado. As estimativas de vida útil são fundamentadas em laudos de engenheiros da companhia e de consultores externos. Além disso, em 31 de dezembro de 2010, houve revisão da vida útil do ativo imobilizado, com base em laudo efetuado por especialistas contratados, resultando na redução da depreciação do exercício, principalmente naquela reconhecida na conta Custo das vendas. As estimativas de vida útil, nos exercícios de 2010 e 2011, são apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 - Estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados da Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>(continua)</i>	
	<i>Vida útil estimada em 2011</i>	<i>Vida útil estimada em 2010</i>
Edificações	24 anos	25 anos
Instalações	14 anos	15 anos
Máquinas e equipamentos	18 anos	15 anos
Veículos	7 anos	8 anos
Móveis utensílios e equipamentos	8 anos	8 anos
Equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Tabela 12 - Estimativas das vidas úteis dos ativos imobilizados da Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>(conclusão)</i>	
	<i>Vida útil estimada em 2011</i>	<i>Vida útil estimada em 2010</i>
Equipamentos de informática	3 anos	3 anos
Ferramentas, aparelhos e implementos	8 anos	8 anos

Fonte: Adaptado de USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A. (2012)

A depreciação dos ativos fixos da companhia é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. Assim como em relação às estimativas de vida útil, houve também alteração nas taxas médias ponderadas anuais utilizadas para o cálculo da depreciação, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 – Taxas médias ponderadas de depreciação dos ativos imobilizados da Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.

<i>Classe de ativos</i>	<i>Taxa média ponderada de depreciação (% a. a.) em 2011</i>	<i>Taxa média ponderada de depreciação (% a. a.) em 2010</i>
Edificações	4	4
Máquinas e equipamentos	5	6
Instalações	7	7
Móveis e utensílios	13	12
Equipamentos de informática	40	38
Veículos	13	12
Ferramentas e aparelhos	13	12
Outros	-	-

Fonte: Adaptado de USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A. (2012)

As demonstrações financeiras evidenciam o custo de aquisição, com as respectivas variações, a depreciação acumulada e o valor líquido em relação a cada classe de ativo dos últimos dois exercícios, bem como a despesa de depreciação dos últimos dois períodos. Não se verifica a mensuração do valor residual dos ativos fixos.

4.3 Análise da aplicação dos critérios relacionados à depreciação dos bens do ativo imobilizado pelas dez empresas com maior liquidez na BM&FBovespa S.A.

A evidenciação e a transparência, bem como a relevância das informações ao usuário, são fatores importantes para a contabilidade internacional. Em realidade, os relatórios contábeis devem zelar pela qualidade da informação. No que diz respeito à depreciação, em específico, os critérios que denotam o atendimento a essas características estão relacionados à identificação clara dos métodos de depreciação utilizados, das vidas úteis estimadas, das taxas de depreciação e da depreciação acumulada, bem como das mudanças de estimativas, se constatadas.

Assim, pretendeu-se examinar se as demonstrações contábeis das companhias evidenciam a justificativa para escolha do método de depreciação, apresentam a estimativa das vidas úteis dos seus ativos ou a taxa de depreciação, explicando a sua fundamentação, e informam o saldo de depreciação acumulada em relação a cada classe de ativo imobilizado. Além disso, se verificadas alterações de estimativa contábil, procurou-se identificar a evidenciação da sua natureza e efeitos.

Em realidade, a observância pelas empresas a esses itens selecionados permite o atendimento à transparência e à confiabilidade necessária nos demonstrativos contábeis para subsidiar a tomada de decisões com conhecimento real da situação econômica da entidade, comparada com as demais. Deve-se considerar que a estimativa da vida útil dos ativos e a escolha do método de depreciação são fatores que envolvem essencialmente o julgamento da companhia, de tal sorte que a sua divulgação permite aos usuários da contabilidade a verificação das políticas adotadas pela administração.

Partindo-se da análise efetuada nas dez empresas com maior liquidez na BM&FBovespa S.A., pode-se perceber que, no geral, as empresas atendem satisfatoriamente, ainda que não de forma integral, aos critérios apontados como relevantes para a evidenciação contábil, que devem constar, principalmente, nas notas explicativas, no que diz respeito à depreciação dos bens ativo imobilizado.

Essa satisfação às normas contábeis é analisada a partir dos critérios verificados na legislação, por meio dos quais se buscou identificar a evidenciação das informações nos relatórios contábeis. As constatações da pesquisa encontram-se resumidas no Quadro 3:

Empresa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Identificou método	Sim									
Principal método utilizado	Linear									
Utilizou mais de um método	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Apresentou vida útil	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Apresentou taxas de depreciação	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Ocorrência de mudança de estimativa contábil	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Identificou efeitos de mudança de estimativa contábil	Sim	Não	-	Não	Sim	-	-	-	-	Sim
Apresentou saldo de depreciação acumulada	Sim	Não	Sim							

Quadro 3 – Critérios relacionados à depreciação dos bens do ativo imobilizado observados nas demonstrações contábeis analisadas

Fonte: dados da pesquisa

Legenda: 1. Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras; 2. Vale S.A.; 3. OGX Petróleo e Gás Participações S/A; 4. Itaú Unibanco Holding S.A.; 5. BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros; 6. Banco Bradesco S.A.; 7. Banco do Brasil S.A.; 8. Gerdau S.A.; 9. PDG Realty S.A. Empreendimentos e Parts; 10. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Observa-se que, em nove das dez empresas, foi possível identificar os saldos de depreciação acumulada, excetuando-se a Vale S.A., que não evidenciou tal item. Além disso, todas as empresas fazem referência à depreciação do período, algumas, inclusive, informando as variações do ativo imobilizado nos últimos três exercícios.

Nas dez companhias, houve indicação do método de depreciação adotado, sendo que o método linear foi adotado em todas. Por outro lado, apenas três entidades indicaram a aplicação de outros métodos a alguns ativos. Assim, a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras utilizou o volume de produção como critério para ativos relacionados à produção de petróleo e gás; a Gerdau S.A. informou o ajuste do método linear à utilização de determinados ativos, e a PDG Realty S.A. adotou para os principais ativos a depreciação associada ao processo de

comercialização de imóveis, apesar de não quantificar nem a vida útil nem a taxa de depreciação desses ativos.

Em todas as demonstrações financeiras, foi possível identificar as vidas úteis estimadas ou as taxas de depreciação anuais aplicadas às classes de ativo imobilizado, demonstrando conformidade com a exigência da norma contábil. Observa-se que apenas a companhia Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A. evidenciou de forma expressa as duas informações, ou seja, apresentou tanto as vidas úteis estimadas como as taxas de depreciação adotadas.

Ademais, observa-se que as duas companhias com ativo imobilizado mais relevante perante o ativo total são as que mais amplamente atenderam aos quesitos analisados, quais sejam a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras e a Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.. Nesse sentido, pode-se dizer que quanto maior a relevância dos ativos fixos para a entidade, maior é a preocupação na sua adequada evidenciação.

Em relação às mudanças de estimativas de vida útil, apenas três entidades afirmaram a existência de alterações significativas, indicando a fundamentação em revisão técnica. Em outras duas empresas, diante da comparação das demonstrações financeiras, foi constatada a alteração na vida útil ou na taxa de depreciação, sem, no entanto, haver motivação identificada nos relatórios financeiros.

Assim, de uma maneira geral, as companhias apresentam informações adequadas aos seus usuários. Entretanto, é possível identificar algumas deficiências, em especial, no que diz respeito à seleção do método de depreciação. Com efeito, das dez empresas, todas utilizaram o método linear para o cálculo da depreciação. No entanto, nenhuma explicou porque este é o método adequado para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Dentre todos os métodos de depreciação, a entidade deve optar por aquele que mais se adapte à sua realidade, ou seja, o método de depreciação deve refletir o consumo dos benefícios econômicos que o bem proporciona à companhia, devendo ser revisado periodicamente. Em consequência disso, a mensuração da vida útil econômica também deve ser explicitada de forma a evidenciar a probabilidade de benefícios proporcionados à entidade, o que não ficou completamente demonstrado nos relatórios.

A partir da análise bibliográfica e dos resultados encontrados, associa-se o apego ao método linear às exigências da legislação fiscal, uma vez que, costumeiramente, eram aplicadas na contabilidade societária as taxas de depreciação admitidas para dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Ressalta-se,

contudo, que três das dez empresas analisadas, além de alterar a vida útil estimada, também passaram a adotar métodos de depreciação diferenciados.

Além disso, percebe-se que as companhias estão em fase de adaptação às normas de contabilidade atualmente aceitas no país. Como exemplo, observa-se que a o Banco do Brasil S.A., nos seus demonstrativos do exercício de 2010, apresenta a avaliação do ativo imobilizado a valor justo, contrariando a disposição do art. 183, V, da Lei nº 6.404/76. Já no ano de 2011, as demonstrações evidenciam o registro do ativo imobilizado pelo custo de aquisição. Por outro lado, a Itaú Unibanco Holding S.A. refere a avaliação a valor de mercado até 31 de dezembro de 2007, sem evidenciar alterações posteriores.

Nesse contexto, admite-se que as deficiências apontadas nos relatórios contábeis podem ser decorrentes da adaptação das companhias à nova realidade contábil introduzida pela Lei nº 11.638/2007. Desse modo, constata-se que as informações incluídas nas demonstrações contábeis são adequadas. Entretanto, as explicações poderiam ser mais transparentes, de modo a atender integralmente às normas de contabilidade, evidenciando-se de forma mais completa, em especial, os critérios de mensuração da vida útil econômica dos ativos e o método de depreciação aplicável à realidade da companhia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como principal propósito responder se as dez empresas com ações de maior liquidez na BM&FBovespa S.A. aplicaram os critérios relacionados à depreciação dos bens do ativo imobilizado previstos no CPC 27 nas suas demonstrações financeiras no ano de 2010 e de 2011, período a partir do qual entrou em vigor o referido pronunciamento técnico.

O estudo partiu da verificação da existência de um movimento mundial de harmonização das normas contábeis, impulsionado pela necessidade da construção de uma linguagem contábil única. Com efeito, o aparecimento de empresas multinacionais, com negociações em diversas localidades do mundo, implica na demanda de emissão de demonstrações financeiras que possam ser entendidas e comparadas em diferentes países.

O Brasil aderiu a esse movimento, buscando a convergência de suas normas às normas internacionais de contabilidade. No entanto, a harmonização da contabilidade brasileira às normas internacionais ainda enfrenta dificuldades, decorrentes, em especial, da cultura e de questões específicas do cenário brasileiro, como ocorre também em outros países. Dentre essas dificuldades, pode-se citar a influência que as normas fiscais historicamente tiveram sobre a contabilidade brasileira.

Assim, pode-se dizer que a contabilidade brasileira, anterior à adoção das normas internacionais, era usualmente conservadora, de modo que a apresentar reduzidos valores líquidos dos ativos e do lucro líquido, e, conseqüentemente, minimizar o impacto tributário. Desse modo, a tendência da prática contábil brasileira é a aceitar normas contábeis que antecipem as perdas e as despesas e que posterguem as receitas.

Entretanto, a aplicação do conservadorismo contábil pode não representar a realidade econômica das entidades e dificultar o processo decisório por parte de outros usuários da contabilidade que não o fisco, por exemplo, os investidores. É preciso considerar que a informação contábil transparente, que represente a essência das transações econômicas, é uma garantia para o investidor e para a própria administração, pois essa informação serve de subsídio para a tomada de decisões.

Desse modo, é necessário o resgate da relevância da informação contábil, apresentada de acordo com as normas de contabilidade societária. Isso implica, inclusive, em reconhecer a segregação da contabilidade societária e fiscal, como é proposto no artigo 177, §2º, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 11.638/2007, e no artigo 16 da Lei nº 11.491/2009.

A legislação que introduziu as normas internacionais de contabilidade no ordenamento jurídico brasileiro preocupou-se em evitar a influência da contabilidade fiscal sobre a societária e vice-versa, deixando isso expresso no próprio texto legal, diferente do que era visualizado até então nas práticas adotadas no país. Um exemplo da influência das regras fiscais sobre as práticas contábeis no Brasil é a usual adoção das taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal para fins de dedução do imposto de renda.

Essa influência foi percebida na análise das demonstrações contábeis das dez empresas com ações de maior liquidez na BM&FBovespa S.A., na medida em que se observou a predominância do método linear para reconhecimento da depreciação. Entretanto, observou-se que algumas empresas, embora ainda em fase de adaptação às novas normas contábeis, estão revisando seus métodos, inclusive aplicando critérios associados à produção para cálculo da depreciação.

Quanto às demais informações, em especial, a evidenciação das estimativas das vidas úteis dos seus ativos e dos saldos de depreciação acumulada em relação a cada classe de ativo imobilizado, verificou-se o propósito dos relatórios em fornecer dados relevantes aos seus usuários, ainda que não tenham sido atendidos de forma integral as exigências propostas pelas normas contábeis.

Desse modo, observa-se que, apesar das deficiências constatadas, as empresas estão se conduzindo para o atendimento às normas atuais da contabilidade societária. Com efeito, o estudo procurou investigar a aplicação nas normas contábeis relacionadas à depreciação dos bens do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis de dez empresas que negociam suas ações no mercado de capitais brasileiro, sem intenção de esgotar o tema.

Em realidade, a adoção das normas internacionais de contabilidade pelo país envolve um processo de revisão de conceitos e de adaptação das empresas e dos profissionais de contabilidade a uma nova realidade não só econômica, mas também cultural e social.

REFERÊNCIAS

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. **Mercado financeiro**: aspectos conceituais e históricos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO BRADESCO S.A. **Relações com investidores**. Osasco, SP. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

BANCO DO BRASIL S.A. **Relações com investidores**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 19 mai. 2012.

BMF&BOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS. **BM&FBovespa**: a nova bolsa. São Paulo, SP, 2011. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/>>. Acesso em 05 set. 2012.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em 20 ago. 2011.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S.; COSTA, F. M. da. **Contabilidade internacional**: aplicação das IFRS 2005. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM n. 520, de 15 de maio de 2007. Dispõe sobre a audiência pública e a aceitação pela CVM dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **Comissão de Valores Mobiliários**. Brasília, DF, 17 mai. 2007 Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 10 nov. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC n. 27. Ativo Imobilizado. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Brasília, DF, 26 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2027.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE . Resolução CFC n. 732. Aprova a NBC T 4 – Da avaliação patrimonial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 out. 1992. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Resolução CFC n. 1.055/05. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 out. 2005. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Resolução CFC n. 1.177/09. Aprova a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

_____. Resolução CFC n. 1.374/11. Dá nova à NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

DELOITTE. **Normas internacionais de contabilidade IFRS**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. [rev.] São Paulo: Saraiva, 2006.

GERDAU S.A. **Investidores**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.gerdau.com>>. Acesso em: 19 mai. 2012.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IFRS FOUNDATION. *International Accounting Standard 16. Property, Plant and Equipment*. **IFRS Foundation**. Londres, UK, 2011. Disponível em: <<http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/ias16.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. **Relações com investidores**. São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <<http://www.itau-unibanco.com.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

IUDÍCIBUS, S. de. et. al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade internacional para graduação: texto, estudos de caso e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas...** 7. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010a.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

MARTINS, E.; MARTINS, V. A.; MARTINS, É. A. Normatização contábil: ensaio sobre a evolução e o papel do CPC. **RIC - Revista de Informação Contábil**. América do Sul. Vol. 1, no 1 p. 7-30, set/2007. Disponível em <<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/19/3>>. Acesso em: 10 set. 2011.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. de. Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade. **VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Resende, 2009. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos09/58_HARMONIZACAO_DAS_NORMAS_INTERNACIONAIS_DE_CONTABILIDADE.pdf>. Acesso em: 11 out. 2011.

MÜLLER, A. N.; SCHERER, L. M.; **Contabilidade avançada e internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A. **Relações com investidores**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.ogx.com.br>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. de; LEITE, S. J., **Manual de contabilidade internacional**: IFRS, US Gaap e Br Gaap: teoria e prática. São Paulo: Cenage Learning, 2012.

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PART. **Relações com investidores**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.pdg.com.br>>. Acesso em: 19 mai. 2012.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Conversão de demonstrações contábeis**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS. **Relacionamento com investidores**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

PORTELA, Â. B. **Contabilidade Internacional** – Discutindo Contabilidade. Natal, RN, 2011. Disponível em: <<http://www.contabilidadeinternacional.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2011.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos; FERNANDES, L. A. **Contabilidade internacional avançada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A. **Investidores**. Belo Horizonte, MG, 2012. disponível em: <<http://www.usiminas.com>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

VALE S.A. **Investidores**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.vale.com>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

VEY, I. H. **Avaliação de desempenho logístico no serviço ao cliente baseada na teoria da resposta ao item**. 275 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.custosemedidas.ufsc.br/ihvey.pdf> >. Acesso em: 15 out. 2011.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.